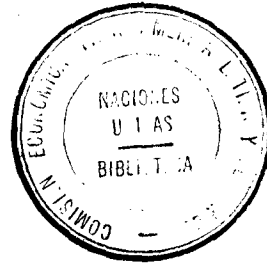


LC/BRS/R.34

DATA: SETEMBRO DE 1990

ORIGINAL: PORTUGUES



**MEMORIA INSTITUCIONAL DA CEPAL/ILPES NOS SEUS 30 ANOS
DE CONTRIBUIÇÃO PERMANENTE NO BRASIL**

(Setembro de 1960 a Setembro de 1990)

Jayme Costa Santiago

INTRODUÇÃO

Este documento procura evidenciar o esforço que a Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL) e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planeamento Económico e Social (ILPES) realizaram, durante mais de 30 anos, no Brasil, no campo da capacitação do pessoal de nível universitário, da pesquisa económica, da organização de seminários e reuniões e da assistência técnica, ao tempo em que, também, buscaram dar uma linguagem técnica comum no trato dos problemas inerentes ao processo de desenvolvimento.

No âmbito latino-americano e, em particular, no Brasil é impossível deixar de registrar e homenagear, com admiração e saudade, dois grandes homens: o Doutor Raúl Prebisch, pensador latino-americano, que, com o chamado "Manifesto de 1949", revolucionou o pensamento económico com relação aos países em desenvolvimento e que, por outro lado, deixou patente a necessidade de preparar quadros técnicos para atender á demanda emanada do processo de desenvolvimento da América Latina; e o Professor Jorge Ahumada, precursor das ações das mencionadas instituições, em apoio aos governos da Região, através de um programa de capacitação, em problemas de desenvolvimento, dos seus quadros funcionais, objetivando uma melhor administração do processo de desenvolvimento.

No Brasil, merece registrar, com satisfação e respeito, a relevante contribuição prestada por dois funcionários da CEPAL e

do ILPES, Professores Anibal Pinto e Osvaldo Sunkel, ex-diretores do Centro de Desenvolvimento Económico CEPAL/BNDES, que, ademais da profunda dedicação, souberam entender a problemática brasileira como se fossem técnicos nacionais.

Dentro da preocupação de ambos, o caso do Brasil foi tratado sob três dimensões geográficas e político-administrativas: nacional, regional e estadual.

Além das preocupações relativas ao processo de desenvolvimento nacional, o Centro Económico CEPAL/BNDES deu, também, atenção prioritária aos problemas do desenvolvimento regional, levando em consideração o espaço geográfico do País e suas desigualdades regionais, através de um forte apoio às instituições regionais de desenvolvimento, com destaque para a Superintendência do Desenvolvimento da Região Nordeste (SUDENE) e para a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), bem como concretizou ações no sentido de um melhor entendimento do funcionamento e desempenho dos Sistemas de Planejamento, a nível estadual, iniciado com o I Seminário de Planejamento Estadual, realizado no Hotel Quitandinha, Petrópolis, em 1965.

Merece, ainda, evidenciar a salutar e eficiente colaboração prestada pela CEPAL e pelo ILPES aos governos de vários Estados Federados brasileiros, no campo da capacitação de técnicos, da realização de seminários, da efetivação de pesquisas de interesse das autoridades constituídas e da realização de assessoria

técnica ao Governo Federal, universidades, instituições regionais de desenvolvimento e aos governos estaduais.

I. A ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A. O processo de desenvolvimento

O desenvolvimento deve ser compreendido como o crescimento de todas as dimensões humanas e sua administração firmada em parâmetros ecológico-culturais do espaço geográfico, sob a luz dos conhecimentos da ciência e da tecnologia.

As ações governamentais, diretas e de indução, devem ter como grandes objetivos promover uma melhor distribuição setorial e regional do desenvolvimento nacional, incrementar o conhecimento científico e tecnológico e elevar a qualidade de vida do homem.

Dentro desse entendimento, o processo de desenvolvimento nacional deve, basicamente, contemplar dimensões de ordem econômica, social, política e ambiental.

A dimensão econômica que se orienta para a preocupação quantitativa de acelerar o crescimento com uma concepção setorial matricial, visa, também, a reduzir as disparidades inter-regionais de níveis de desenvolvimento.

A social que envolve os objetivos de redução da pobreza e melhoria da distribuição da renda, fortemente associados à correção dos desníveis inter-regionais de desenvolvimento, além daqueles ligados à qualidade de vida do homem, tais como:

habitação, saneamento básico, saneamento geral e humanização das cidades.

A dimensão política que contempla os objetivos de descentralização das decisões quanto ao processo de desenvolvimento, seja pela maior autonomia dos Estados e Municípios, seja através de ampla participação da comunidade no processo de transformação social.

Finalmente, a ambiental que considera, a partir do conhecimento da realidade ecológico-cultural, do uso do espaço geográfico e dos recursos naturais, base material e energética do desenvolvimento, as conseqüências dos investimentos e atividades econômicas no meio ambiente.

Essa concepção do processo de desenvolvimento leva ao País a necessidade de contar com técnicos eficientes e eficazes - administradores e operadores -, para conduzirem de forma segura e hábil a administração do desenvolvimento nacional.

Sobre esse entendimento do processo de desenvolvimento, merecem registro as palavras de Celso Furtado em seu livro "A nova dependência: dívida externa e monetarismo": "[...] o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço da capacidade associativa, do exercício da iniciativa e da inventividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural e só ancilarmente econômico. Produz-se o desenvolvimento quando na

sociedade manifestando uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas".

Essa percepção, além de incluir os elementos econômicos e institucionais, considera, também, todas as variáveis nacionais e internacionais que se vinculam à estrutura social e à política, influenciando, de forma marcante, na atuação do Setor Público e no comportamento da sociedade nacional.

B. A administração do desenvolvimento

A administração do desenvolvimento requer um permanente aprimoramento intelectual dos técnicos inseridos nos setores privado e público da economia nacional, bem como a utilização mais racional e efetiva possível dos instrumentos à disposição dos agentes das ações governamentais. Nesse sentido, a formação e treinamento de recursos humanos constituem fatores decisivos para a administração do desenvolvimento nacional, principalmente quando definida a sensível carência de mão-de-obra qualificada, em função da rápida evolução da demanda e de sua diversificação, devido à própria dinâmica da economia nacional.

A administração do desenvolvimento deve abranger, também, um permanente aprimoramento cultural em todas as suas dimensões, não só de pequenas parcelas da população, mas atingindo-o plenamente, através de um competente sistema educacional, com oportunidades para todos, segundo uma concepção essencialmente democrática e que tenha como objetivo primordial atender às necessidades dos

setores privado e público, de acordo com o exigido pelo processo de desenvolvimento.

O Setor Público tem, de forma direta ou indireta, ponderável responsabilidade pelo processo de desenvolvimento da nação, tornando-se crucial que se capacite para sua administração.

A formação e o treinamento de técnicos para a administração do desenvolvimento nacional não devem ser objeto de esforços isolados e autônomos, mas, sim, através de ações realizadas dentro de uma diretriz básica que reflita uma filosofia determinada, estabelecida com base em um sistema de informação e na coordenação e cooperação de diversas instituições públicas e privadas.

Diante do exposto, depreende-se que um país, estando empenhado no concurso mundial do desenvolvimento, precisa, imediatamente, formular uma teoria operacional de administração para o desenvolvimento firmada em parâmetros ecológico-culturais nacionais, sob a luz dos conhecimentos científico-tecnológicos modernos.

Para assegurar sua constante objetividade, a evolução desse entendimento deve resultar, continuamente, da realização de um permanente esforço didático, obedecendo, deste modo, a tríade final de qualquer atividade científica humana: trabalho-pesquisa-ensino.

C. Aperfeiçoamento da administração do desenvolvimento

Uma ação de desenvolvimento para ser cumprida exige o concurso de dois tipos de agentes: os administradores e os operadores. Os primeiros atuam sobre outros agentes e os segundos são os que agem diretamente sobre os objetos.

E indiscutível a importância dos administradores no processo de desenvolvimento, bem como é reconhecida a carência em termos qualitativos e quantitativos de tais agentes para uma adequada condução da administração do desenvolvimento nacional.

No momento em que o Setor Público, como importante agilizador do desenvolvimento, toma consciência da necessidade de suprir aquela carência e, além do mais, verifica que a demanda de administradores e operadores na administração do desenvolvimento não vem sendo atendida de maneira satisfatória, formula para si o problema de atender convenientemente aos requerimentos desenvolvimentistas por tais agentes.

De imediato, percebe-se que, para atingir maiores níveis de eficiência e eficácia, torna-se recomendável a implantação de um sistema nacional (público e privado) de formação e treinamento de técnicos para a administração do desenvolvimento nacional, convenientemente coordenado pelo Governo, no cerne de uma política de recursos humanos clara e dirigida para propiciar o cumprimento das funções de responsabilidade da sociedade.

Este sistema seria composto de dois grandes subsistemas: o de formação e o de treinamento. O primeiro sustentado nas Universidades e Escolas Especiais e o segundo em Institutos Internacionais e Nacionais especializados, de nível superior e médio, incluindo-se os vinculados às Universidades.

No Brasil, merece registro a elevada importância que a CEPAL e o ILPES tiveram na capacitação dos administradores do desenvolvimento, enquanto o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), respectivamente sob a égide da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC), tiveram ao nível dos operadores.

II. GRUPO MISTO BNDES/CEPAL

A colaboração entre a Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) remonta a outubro de 1952, quando, através de troca de cartas */ entre as duas instituições, criou-se o Grupo Misto de Estudos BNDES/CEPAL, constituído por técnicos de seus respectivos quadros, com sede no BNDES, no Rio de Janeiro, tendo por objetivo o seguinte:

a) Coletar e analisar dados no sentido de avaliar o ritmo de desenvolvimento do Brasil nos últimos anos;

b) Determinar a natureza dos problemas de desenvolvimento do País; e

c) Delinear uma constelação básica de dados que permitisse traçar um perfil dos programas de desenvolvimento no Brasil por um período de dez anos.

Como coroamento dos entendimentos então estabelecidos, o Grupo Misto BNDES/CEPAL publicou, em 1957, os resultados de seus trabalhos, reunidos em substancioso volume intitulado "Análise e Projeções do Desenvolvimento Económico".

*/ Carta DIRSU/41/52, de 14.10.1952.

Em 1955, o BNDES efetuou gestões junto à Secretaria Executiva da CEPAL, no sentido de obter a realização no Brasil do Programa de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Económico, efetivado em Santiago do Chile, ou o estabelecimento, no Faís, de curso equivalente ao ministrado pela CEPAL, no Chile.

No entanto, somente em 1956 foi possível a realização do I Curso Intensivo de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Económico no Brasil, no Rio de Janeiro, sob a égide do então Grupo Misto BNDES/CEPAL, fruto das relações entre a CEPAL e as autoridades brasileiras, dando início a uma das principais atividades desenvolvidas pela Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL) e, posteriormente, pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Económico e Social (ILPES) no Brasil, materializada no treinamento de profissionais, com vistas a atender às necessidades oriundas do processo de desenvolvimento brasileiro.

Deve ser evidenciado que o início do programa de Cursos Intensivos de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Económico no Brasil, em 1956, foi marcado com inauguração solene, no auditório do Ministério da Fazenda, tendo presidido a cerimónia o Senhor Presidente da República, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, participando da mesa diretora dos trabalhos o Embaixador da Argentina, Senhor Felipe A. Espil, os Ministros da Fazenda, Dr. José Maria Alkimin; da Agricultura, Dr. Ernesto Dornelles; da Educação e Cultura, Dr. Clóvis Salgado; da Saúde, Dr. Maurício Campos de Medeiros; e do Trabalho, Dr. José

Marcelo Bannoso; o Dr. Lucas Lopes, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o Dr. Sebastião Paes de Almeida, Presidente do Banco do Brasil S/A; o Dr. Dodsworth Martins, Presidente do Conselho Nacional de Economia; o Marechal Mascarenhas de Moraes e o Doutor Raúl Prebisch, Diretor Principal da CEPAL.

Na oportunidade, usaram da palavra o Senhor Presidente da República, o Presidente do BNDES e o Diretor Principal da CEPAL.

O encerramento do Curso, que contou com 48 técnicos brasileiros, foi realizado no auditório do Ministério da Fazenda, sob a presidência do Senhor Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Alkimin, participando da mesa o Embaixador do Chile, Sr. Raúl Bazan Dávila, o Presidente do BNDES, Dr. Lucas Lopes, o Representante das Nações Unidas, Sr. Henri Laurentie, o Diretor do Curso, Professor Jorge Ahumada, e Diretores do BNDES.

A partir daquele ano os cursos foram realizados regularmente na cidade do Rio de Janeiro, à exceção do ano de 1959, quando foi levado a cabo na cidade de Recife, Pernambuco, em apoio à implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Merece registro que a Diretoria do BNDES houve por bem, através da Decisão no. 17/57, de 03 de janeiro de 1957, manifestar-se no sentido de que:

"a) o Banco tem todo o interesse na criação no Brasil de um curso regular de treinamento em problemas do desenvolvimento econômico;

b) participará dos custos da iniciativa, quer sob a forma de serviços, quer sob a forma de gastos em moeda, numa proporção equivalente àquela de sua ajuda no caso do Curso Intensivo."

A mencionada Decisão foi homologada pelo Conselho de Administração do Banco, implementada pelo estabelecimento regular do Curso Intensivo de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico.

111. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO CEPAL/BNDES

Ainda em 1957, o Presidente do BNDES, na qualidade de delegado brasileiro ao VII Período de Sessões da CEPAL, levou instruções do Ministério das Relações Exteriores e do Banco para o estabelecimento de um sistema de cooperação entre a CEPAL e o Governo Brasileiro, visando ao treinamento de pessoal em problemas do desenvolvimento econômico e à realização de estudos e pesquisas de interesse para a economia brasileira e para os organismos das Nações Unidas.

Aprovou-se, então, naquele Período de Sessões, a idéia da criação de um Centro CEPAL/BNDES, sediado no Rio de Janeiro, o qual teria os seguintes objetivos:

a) servir de base para o funcionamento de um curso intensivo anual de treinamento em planejamento do desenvolvimento econômico;

b) efetuar estudos sobre problemas de interesse para a CEPAL e demais organismos das Nações Unidas;

c) colher dados e realizar pesquisas necessárias à elaboração dos estudos da CEPAL;

d) dentro dos recursos que lhe fossem atribuídos pelas Nações Unidas e segundo solicitação das instituições governamentais brasileiras, realizar estudos e pesquisas

de interesse específico para a economia do Brasil, assim como proporcionar a assistência expressamente solicitada pelo Governo Brasileiro.

Tendo em vista o interesse do Governo do Brasil na implantação de tudo o que fora previsto em 1957, o Diretor Principal responsável pela Secretaria Executiva da CEPAL, Dr. Raúl Prebisch, enviou ao Presidente do BNDES, em 09 de dezembro de 1959, carta em que propunha que do Acordo a ser celebrado constassem os seguintes elementos, de forma a configurar adequadamente as atribuições do Centro:

a) servir de núcleo para continuar realizando, em cooperação com o Departamento de Assistência Técnica das Nações Unidas (DOAT), os Cursos Intensivos de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Económico, a exemplo daqueles promovidos em 1956, 1957, 1958 e 1959;

b) complementar a formação em problemas do desenvolvimento económico proporcionada pelo Curso Intensivo, através de um programa especial de treinamento, baseado, principalmente, em pesquisas e seminários para um limitado número de profissionais mais qualificados;

c) realizar pesquisas sobre problemas básicos da economia brasileira, desde que de interesse para o Governo do Brasil;

d) colher dados e realizar pesquisas necessárias à elaboração dos estudos da CEPAL.

O Acordo proposto pelo Dr. Raúl Prebisch foi aprovado em 10 de março de 1960, pelo Conselho de Administração do Banco, através da Decisão no. 37/60. A proposta da CEPAL foi respondida pela Presidência do Banco, em 16 de março de 1960, através da Carta F-254/60, em que, além de informar a aprovação do Acordo pela Entidade, sugeria-se que o Escritório Misto CEPAL/BNDES fosse estabelecido a partir de 1º de julho daquele ano. Ficou acordado, posteriormente, que a chefia do Escritório caberia ao Dr. Osvaldo Sunkel.

Cabe registrar que, posteriormente, ligeiras alterações foram introduzidas no texto inicial do Acordo, sem, contudo, afetar seu significado, tendo o Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDES sido instalado solenemente em 21 de setembro de 1960, no Rio de Janeiro, juntamente com a abertura do Curso daquele mesmo ano, em cerimônia presidida pelo Almirante Alcides Meira, Presidente do BNDES e Secretário-Geral do Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República.

A ação do Centro CEPAL/BNDES orientou-se segundo duas linhas mestras, em grande medida complementares, a saber:

a) programa de treinamento em problemas e técnicas atinentes às políticas de desenvolvimento; e

b) pesquisas sobre aspectos gerais e particulares da economia brasileiro.

A evolução das atividades do Centro, diante do processo de desenvolvimento do Brasil, levou a uma gradual redução dos interesses comuns do BNDES e da CEPAL na manutenção do Centro. Assim, a Secretaria Executiva da CEPAL e a Presidência do BNDES, ao procederem a um reexame da situação, resolveram, de comum acordo, concluir, a 31 de dezembro de 1967, o convênio que ligava as duas instituições para a manutenção do Centro.

Entretanto, as atividades da CEPAL e do ILPES não sofreram solução de continuidade nos seus programas de pesquisas e treinamento de pessoal, dado o interesse do Governo Brasileiro na manutenção dos trabalhos das mencionadas agências das Nações Unidas no Brasil.

IV. ESCRITORIO REGIONAL CEPAL/ILPES

No mesmo ano, a CEPAL acordou, mediante troca de correspondências, datadas de 10 e 19 de dezembro, com o Senhor Ministro Hélio Beltrão, titular do então Ministério de Planejamento e Coordenação, a instalação no Brasil do Escritório Regional CEPAL/ILPES, sediado no Rio de Janeiro.

Em 1968, foi instalado no Brasil o Escritório Regional CEPAL/ILPES, com apoio, na época, do Ministério do Planejamento e Coordenação e, posteriormente, da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, através do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), que assumiu a coordenação e realização dos trabalhos de pesquisa e de treinamento de técnicos em problemas do desenvolvimento econômico e social. O Escritório Regional CEPAL/ILPES foi transferido para Brasília, DF, em 1978, segundo convênio firmado entre a CEPAL e o IPEA, em 17 de abril de 1977.

V. PROGRAMA DE TREINAMENTO NO BRASIL

O Centro CEPAL/BNDES, desde sua instalação em 1960, deu continuidade ao programa de treinamento iniciado com um Curso Intensivo em Problemas de Desenvolvimento Económico, em 1956, no Rio de Janeiro, repetidos nos anos de 1957 e 1958, na mesma cidade e, em 1959, em Recife, em apoio á criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

De 1960 a 1962, os cursos foram realizados no Rio de Janeiro e a partir de 1963, de conformidade com o pensamento da CEPAL, do ILPES e do BNDES, o Centro CEPAL/BNDES implantou a política de regionalização dos cursos, no sentido de dar maior apoio ás instituições regionais, cristalizando a idéia de melhor atender técnicos das diversas regiões e, inclusive, dos Estados Federados e, também, de realçar, no âmbito dos cursos, os problemas particulares das economias regionais brasileiras.

Da adoção da política de regionalização dos cursos resultou uma considerável ampliação do programa de treinamento da CEPAL no Brasil, efetivado através do Centro, que passou a realizar três cursos intensivos por ano.

No ano de 1966, fruto de entendimentos entre a Direção do Centro e o Presidente do BNDES, inaugurou-se uma nova etapa na política de treinamento de pessoal para as tarefas de desenvolvimento com o objetivo de minorar a carência de pessoal capacitado ao nível dos agentes financeiros regionais e estaduais

do País. Caracterizou-se, então, uma nova linha de atuação do Centro, com a criação dos cursos CEPAL/BNDES - Agentes Financeiros, que teve como preocupação fundamental capacitar técnicos em elaboração e análise de projetos, em atenção às preocupações registradas pelo Departamento Económico do BNDES, através da Direção de Estudos Regionais.

Para o ano de 1967 foi estabelecido um amplo programa de treinamento que representou o aumento das ações da CEPAL e do ILPES no Brasil através do Centro CEPAL/BNDES, marcando o início de uma nova etapa no campo do treinamento de mão-de-obra no País. O Centro CEPAL/BNDES realizou, pela primeira vez no Brasil, um curso de especialização, de alto nível, na área de planejamento setorial: o I Curso de Planejamento Industrial.

Em 1968, o Escritório Regional CEPAL/ILPES programou e efetivou cinco cursos, com apoio de várias instituições governamentais, com destaque para as seguintes: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Instituto de Planejamento Económico e Social (IPEA), da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL).

Dentro do programado foram realizados os seguintes cursos: Planejamento do Desenvolvimento, com especial ênfase em programação global, destinado a atender aos técnicos da SUDENE,

sob o patrocínio desta Superintendência; Intensivo de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento da Amazônia, com apoio da SUDAM; Intensivo de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento, orientado para a região Sul, com a colaboração da SUDESUL; Curso-Seminário sobre Comércio Internacional e Desenvolvimento, destinado a diplomatas, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores; Planejamento Habitacional, de âmbito nacional, patrocinado pelo IPEA/SEPLAN-PR; e Planejamento Agrícola, destinado a técnicos do Ministério da Agricultura, que auspiciou a sua realização.

Ainda em 1968, foi firmado acordo com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), do Estado de São Paulo, para a realização de um programa de Cursos CEPAL/ILPES/UNICAMP, na sede daquela universidade. Dentro do estabelecido no acordo, neste mesmo ano, foi realizado um Curso de Planejamento do Desenvolvimento, com ênfase em programação global. A vigência do mencionado entendimento correspondeu ao triênio 1969-1970, compreendendo a realização de três cursos de planejamento e desenvolvimento, com ênfase em programação global, um de especialidade de planejamento global e um de planejamento industrial. Em 1969, foi realizado outro curso de Planejamento Agrícola, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura.

No período 1971-1974, o Escritório Regional CEPAL/ILPES promoveu quatro cursos de Planejamento Regional, sendo um em Brasília, sob o patrocínio do Ministério do Interior, responsável pelas ações de desenvolvimento regional; um, em Salvador, com a

colaboração da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLAN/CT), do Governo do Estado da Bahia; um, em Porto Alegre, com o apoio da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; e um, em Belém, sob os auspícios da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Merece evidenciar que, em 1971, teve início um programa conjunto de cursos com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC), do IFEA/SEPLAN-PR, estabelecendo-se no Brasil um programa de treinamento CEPAL/ILPES/CENDEC, que realizou, no período 1971-1989, onze cursos de Planejamento Regional; quatro de Planejamento do Desenvolvimento, com ênfase em programação global; três de Planejamento Social; um sobre Comércio Exterior; um sobre Tecnologia e Impacto Ambiental de Projetos de Investimento, e um sobre Problemas Atuais e Estratégias do Desenvolvimento na América Latina, num total de 21 cursos.

E oportuno registrar, também, que o Programa de Treinamento CEPAL/ILPES/CENDEC contou com a colaboração de várias agências das Nações Unidas, como: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do Banco Mundial (BIRD). Cabe, também, evidenciar a colaboração de várias instituições

nacionais, a nível do governo federal e dos governos estaduais, tais como: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), Universidade Federal de Pernambuco, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará, Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Económico (CETREDE), Centro que funciona sob a égide do Banco do Nordeste do Brasil S/A e da Universidade Federal do Ceará, e as Secretarias de Planejamento dos Estados que sediaram os cursos.

Merece registro, ainda, que a CEPAL e o ILPES, através do Centro de Desenvolvimento Económico CEPAL/BNDES, estabeleceram um perfeito entrosamento com a universidade brasileira, mediante a realização de palestras e ciclos de conferências, cabendo destacar os ciclos efetivados na Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Curso Intensivo de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento

Os objetivos deste tipo de curso são fundamentados nos seguintes pontos:

a) familiarizar os treinandos com as características fundamentais do processo de desenvolvimento e com as modernas técnicas de sua análise e interpretação;

b) fornecer aos participantes os princípios de análise econômica necessários à obtenção de uma visão global dos problemas da economia brasileira e das perspectivas de seu crescimento a longo prazo;

c) preparar os profissionais para colaborar na elaboração e análise de projetos de investimento e programas de desenvolvimento; e

d) oferecer aos treinandos os elementos básicos de julgamento e as técnicas necessárias à formulação e coordenação da política de desenvolvimento.

Na parte inicial, estuda-se Estatística, Contabilidade Econômica, Análise Econômica e Teoria do Desenvolvimento. Em seguida, trata-se de conhecer Elaboração e Análise de Projetos, Financiamento do Desenvolvimento, Teoria do Planejamento, Planejamento do Desenvolvimento e Administração do Desenvolvimento. Como parte do programa foram proferidas

conferências sobre a economia brasileira, a cargo de especialistas e autoridades governamentais.

Merece registro que este tipo de curso mudou o caminho de muitos profissionais que deixaram suas profissões de origem universitária, transformando-se em profissionais do desenvolvimento, tendo muitos optado por fazer mestrado e doutorado em economia, em lugar do seguimento normal de suas profissões de origem, buscando, assim, aprofundar seus conhecimentos econômicos.

No período 1956-1971, foram realizados 26 cursos e treinados 1.111 profissionais de acordo com os quadros anexos.

**CURSO INTENSIVO DE TREINAMENTO EM PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES, SEGUNDO AS INSTITUICOES**

1956 A 1971

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (1+11)	1.104
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	550
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	222
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	45
AERONAUTICA	4
EXERCITO	20
FAZENDA	6
JUSTICA	1
PLANEJAMENTO	8
RELACOES EXTERIORES	4
TRABALHO	2
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	72
BANCO CENTRAL DO BRASIL-BACEN	10
BANCO DO BRASIL-BB	33
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES	22
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF	7
1.3. UNIVERSIDADES	101
AMAZONAS-UFAZ	6
BAHIA-UFBA	8
CEARA-UFC	8
ESPIRITO SANTO-UFES	29
MINAS GERAIS-UFMG	3
PARA-UFFA	5
PARAIBA-UFFB	3
PARANA-UFFR	9
PERNAMBUCO-UFFPE	1
RIO GRANDE DO SUL-UFRGS	9
RIO DE JANEIRO-UFRJ	7
SANTA CATARINA-UFSC	2
SAO PAULO-USF	4
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO GRANDE DO SUL-PUC/RS	3
UNIVERSIDADE MACKENZIE-SAO PAULO	2
1.4. CONSELHOS, AUTARQUIAS, FUNDACOES E OUTRAS ENTIDADES	4
CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA-CNE	3
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS-FGV	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	216
2.1. ORÇÃOS CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENVOLVIMENTO	122
SUPERINTENDENCIA DESENV. AMAZONIA-SUDAM	26
SUPERINTENDENCIA DESENV. NORDESTE-SUDENE	81
SUPERINTENDENCIA DESENV. REGIÃO SUL-SUDESUL	7

**CURSO INTENSIVO DE TREINAMENTO EM PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES, SEGUNDO AS INSTITUICOES**

1956 A 1971

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
2.1. ORGAO CENTRAL E INSTITUICOES DE DESENVOLVIMENTO	
SUPLENT. ZONA FRANCA DE MANAUS-SUFRAVA	1
CIA DESENV. VALE DO SAO FRANCISCO-CODEVASF	1
DEPTO. NACIONAL OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCOS	6
2.2. BANCO DE DESENVOLVIMENTO	94
BANCO DA AMAZONIA-BASA	14
BANCO DO NORDESTE-BNE	73
BANCO DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE	7
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	112
3.1. MINISTERIOS	36
AGRICULTURA	26
EDUCACAO	4
INDUSTRIA E COMERCIO	2
MINAS E ENERGIA	2
SAUDE	1
TRANSPORTES	1
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	71
CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S.A.-ELETROBRAS	1
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE-CVRD	7
EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT	2
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A.-PORTOBRAS	5
PETROLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS	9
REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A.-RFFSA	4
SIDERURGIA BRASILEIRA S.A.-SIDERBRAS	5
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS	1
INSTITUTO NACIONAL COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA-IN CRA	13
INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA-ITA	1
INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE-IBC	7
DEPTO. NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO-DNOS	4
DEPTO. NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER	10
FUNDACAO SERVICO DE SAUDE PUBLICA-FSESP	2
3.3. CONFEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	5
CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO-CNC	1
CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA-CNI	2
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO-SESC	2

CURSOS INTENSIVOS DE TREINAMENTO EM PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES, SEGUNDO AS INSTITUICOES

1956 A 1971

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	554
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	554
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES	
VINCULADAS	491
ALAGOAS	8
AMAZONAS	14
BAHIA	49
CEARA	35
ESPIRITO SANTO	19
GOIAS	11
MARANHAO	14
MATO GROSSO	5
MINAS GERAIS	18
PARA	25
PARAIBA	13
PARANA	86
PERNAMBUCO	25
PIAUI	10
RIO GRANDE DO NORTE	14
RIO GRANDE DO SUL	58
RIO DE JANEIRO	14
RONDONIA	1
SANTA CATARINA	32
SAO PAULO	26
SERGIPE	8
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	53
ALAGOAS	3
AMAZONAS	3
BAHIA	5
CEARA	5
ESPIRITO SANTO	4
MARANHAO	4
MINAS GERAIS	11
PARAIBA	2
PARANA	1
PERNAMBUCO	2
PIAUI	1
RIO GRANDE DO NORTE	1
SANTA CATARINA	5
SAO PAULO	1
SERGIPE	1
4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	10
FEDERACAO DO COMERCIO DE SAO PAULO	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE ALAGOAS	1

CURSO INTENSIVO DE TREINAMENTO EM PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES, SEGUNDO AS INSTITUICOES

1956 A 1971

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)

II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL

4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL

4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES

FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DA BAHIA	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESPIRITO SANTO	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE MINAS GERAIS	2
ASSOCIACAO COMERCIAL DO MARANHAO	1
ASSOCIACAO COMERCIAL DE SAO PAULO	1
ASSOCIACAO MINEIRA DE ENGENHARIA	1
INSTITUTO DAS INDUSTRIAS DE FIACAP E TECELAGEM DE SAO PAULO	1

EMPRESAS PRIVADAS 7

TOTAL 1.111

CURSO INTENSIVO DE TREINAMENTO EM PROBLEMAS DO
DESENVOLVIMENTO

1976-1971

PROFISSAO	PARTICIPANTES
ARQUITETO	5
ASSISTENTE SOCIAL	10
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	20
BACHAREL EM DIREITO	130
BACHAREL EM FILOSOFIA	10
BACHAREL EM LETRAS	2
BACHAREL EM LINGUAS	5
BACHAREL EM PEDAGOGIA	6
BANCARIO	4
BIOLOGO	1
CONTADOR	14
DENTISTA	2
DIPLOMATA	2
ECONOMISTA	523
ENGENHEIRO AGRONOMO	73
ENGENHEIRO CIVIL	160
ENGENHEIRO ELETRICISTA	4
ENGENHEIRO ELETRONICO	2
ENGENHEIRO FLORESTAL	1
ENGENHEIRO INDUSTRIAL	5
ENGENHEIRO MECANICO	7
ENGENHEIRO QUIMICO	12
ESTATISTICO	3
GEOGRAFO	7
GEOLOGO	8
JORNALISTA	3
MATEMATICO	4
MEDICO	7
MILITAR (OFICIAL)	15
QUIMICO INDUSTRIAL	2
SACERDOTE	1
SOCIOLOGO	26
VETERINARIO	7
TOTAL	1.111

CURSO INTENSIVO DE TREINAMENTO EM PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES POR REGIÃO

1956 A 1971

REGIÃO	PARTICIPANTES
CENTRO-OESTE a/	182
NORDESTE	369
NORTE	102
SUDESTE b/	216
SUL	223
TOTAL	1.112

Notas:

a/ 166 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Distrito Federal.

b/ 65 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Curso de Planejamento do Desenvolvimento, com ênfase à programação global

Este tipo de curso é destinado a capacitar profissionais qualificados para que possam assumir responsabilidade ou colaborar na elaboração de um diagnóstico geral dos problemas da economia nacional, realizar projeções macroeconômicas, determinar metas setoriais coerentes e efetuar outras análises de planejamento que se requerem para definir um programa de desenvolvimento, indicando medidas de política econômica, bem como os aspectos administrativos e de organização necessários para a execução dos planos.

Finalmente, trata dos instrumentos para o planejamento, compreendendo estudos de Estatística Aplicada, Matemática Aplicada, Contabilidade Econômica e Modelos Matemáticos. Em seguida, estuda-se Análise Econômica Básica, Teoria do Desenvolvimento, Elaboração e Análise de Projetos, Teoria do Planejamento, Elaboração de Planos de Desenvolvimento, Modelos de Planejamento, Sistemas de Planejamento, Política Econômica e alguns Estudos de Caso: análise comparativa de desenvolvimento de países.

No período 1968-1978, foram realizados 8 cursos e treinados 216 profissionais, de acordo com os quadros anexos.

CURSOS DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1968/1970-1971-1973/1974-1978 */

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	213
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	182
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	91
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	35
AERONAUTICA	1
FAZENDA	2
JUSTICA	2
MARINHA	1
PLANEJAMENTO	17
RELACOES EXTERIORES	4
TRABALHO	2
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	13
BANCO CENTRAL DO BRASIL-BACEN	2
BANCO DO BRASIL-BB	8
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-ENDES	1
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF	2
1.3. UNIVERSIDADES	41
AMAZONAS-UFA	1
BAHIA-UFBA	1
BRASILIA-UnB	4
CAMPINAS-UNICAMP	5
ESPIRITO SANTO-UFES	1
MINAS GERAIS-UFMG	3
PARANA-UFFPR	2
PIAUI-UFFPI	1
RIO GRANDE DO NORTE-UFRN	1
SANTA CATARINA-UFSC	1
SAO PAULO-USP	8
ESTADO DE SAO PAULO-UNESP	6
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SAO PAULO-PUC/SP	6
SERGIPE-UFS	1
1.4. CONSELHOS, AUTARQUIAS, FUNDACOES E OUTRAS ENTIDADES	2
FUNDACAO GETULIO VARGAS-FGV	2

*/ II, III e IV cursos realizados em convenio com a Universidade de Campinas-UNICAMP e do V ao VIII com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Economico-CENDEC, do Instituto de Planejamento Economico e Social-IFEA, Secretaria de Planejamento e Coordenacao da Presidencia da Republica/SEPLAN.

**CURSO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES**

1968/1970-1971-1973/1974-1978

INSTITUICOES	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	40
2.1. ORGAO CENTRAL E INSTITUICOES DE DESENVOLVIMENTO	37
SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	1
SUPERINTENDENCIA DESENV. AMAZONIA-SUDAM	3
SUPERINT. DE DESENV. CENTRO-OESTE-SUDECO	3
SUPERINTENDENCIA DESENV. NORDESTE-SUDENE	26
SUPERINT. ZONA FRANCA DE MANAUS-SUFRAMA	1
CIA DESENV. VALE DO SAO FRANCISCO-CODEVASF	1
2.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	3
BANCO DA AMAZONIA-BASA	3
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	51
3.1. MINISTERIOS	32
AGRICULTURA	13
COMUNICACAO	2
EDUCACAO	4
INDUSTRIA E COMERCIO	2
MINAS E ENERGIA	2
SAUDE	5
TRANSPORTES	4
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	18
EMPRESA BRAS. DE PLANEJ. TRANSPORTES-GEIPOT	5
PETROLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS	4
REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A.-RFFSA	1
INSTITUTO DO ACUCAR E DO ALCOOL-IAA	1
INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE-IBC	1
INSTITUTO NACIONAL COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA-INCRA	4
DEPTO. NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER	1
FUNDACAO SERVICOS DE SAUDE PUBLICA-FSESP	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	31
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	31
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	26
ALAGODAS	1

CURSO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1968/1970-1971-1973/1974-1978

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	
BAHIA	3
CEARA	1
DISTRITO FEDERAL	2
MATO GROSSO	1
PARANA	1
RIO DE JANEIRO	1
SAO PAULO	15
SERGIPE	1
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	
CEARA	1
MINAS GERAIS	1
PERNAMBUCO	1
RIO GRANDE DO SUL	2
CONGRESSO NACIONAL	1
SENADO FEDERAL	1
EMPRESAS PRIVADAS	2
RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	213
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	182
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	31
CONGRESSO NACIONAL	1
EMPRESAS PRIVADAS	2
PAISES LATINO-AMERICANOS	5
TOTAL	221

CURSO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES POR PROFISSOES

1968/1970-1971-1973/1974/1978

PROFISSAO	PARTICIPANTES
ARQUITETO	6
ASSISTENTE SOCIAL	2
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	9
BACHAREL EM DIREITO	7
BACHAREL EM LETRAS	2
BACHAREL EM PEDAGOGIA	5
DENTISTA	1
DIPLOMATA	3
ECONOMISTA	113
ENFERMEIRO	1
ENGENHEIRO AGRONOMO	8
ENGENHEIRO CIVIL	22
ENGENHEIRO ELETRICISTA	2
ENGENHEIRO ELETRONICO	1
ENGENHEIRO FLORESTAL	1
ENGENHEIRO MECANICO	1
GEOGRAFO	2
MATEMATICO	1
MEDICO	1
MILITAR (OFICIAL)	2
NUTRICIONISTA	2
QUIMICO INDUSTRIAL	3
SOCIOLOGO	20
VETERINARIO	1
SUBTOTAL	216
PROFISSIONAIS LATINO-AMERICANOS	5
TOTAL	221

Curso de Planejamento Regional

O curso realiza uma apresentação e revisão geral dos conhecimentos atuais sobre desenvolvimento e planejamento regional, centrando-se na discussão dos principais problemas teóricos e práticos que resultam de maior utilidade em função dos requerimentos da realidade brasileira, assim como no exame crítico de algumas experiências mais relevantes realizadas em diversos países da América Latina.

O início do curso contempla cadeiras como Estrutura e Financiamento do Sistema Económico, Teoria do Desenvolvimento, Aspectos Básicos do Planejamento e Análise Regional.

Posteriormente, além do núcleo central Planejamento e Políticas de Desenvolvimento Regional, estuda-se Estrutura Espacial do Brasil, Instrumentos da Análise Espacial, Aspectos Políticos e Institucionais no Planejamento Regional, Política Económica Regional, Planejamento Urbano e Metropolitano na Estratégia do Desenvolvimento Regional e Pré-investimento e Projetos de Planejamento Regional.

No período 1971-1988, foram realizados 15 cursos e treinados 391 profissionais, de acordo com os quadros anexos.

CURSO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES POR REGIÃO

1968/70-71-73-74/1978

REGIÃO	PARTICIPANTES
CENTRO-DESTE a/	102
NORDESTE	40
NORTE	2
SUDESTE b/	10
SUL	6
SUBTOTAL	210
PAISES LATINO-AMERICANOS	5
BOLÍVIA	1
ECUADOR	1
NICARAGUA	1
PANAMA	1
PARAGUAI	1
TOTAL	215

Notes:

- a/ Inclui 92 participantes vinculados a instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Distrito Federal.
- b/ Nove participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Rio de Janeiro.

**CURSO DE PLANEJAMENTO REGIONAL
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES**

1971-1977/1979-1989 */

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	391
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	186
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	52
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	21
FAZENDA	2
MARINHA	1
PLANEJAMENTO	17
PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL	1
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15
BANCO CENTRAL DO BRASIL-BACEN	1
BANCO DO BRASIL-BB	11
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES	2
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF	1
1.3. UNIVERSIDADES	12
AMAZONAS-UFAM	2
MARANHAO-UFMA	1
PARA-UFPA	3
RIO GRANDE DO SUL-UFRGS	2
SANTA CATARINA-UFSC	1
SAO PAULO-USP	1
ESTADO DE SAO PAULO-UNESP	2
1.4. CONSELHOS, AUTARQUIAS, FUNDACOES E OUTRAS ENTIDADES	4
INST. BRAS. DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA	4
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	101
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENVOLVIMENTO	84
SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	23
SUPERINTENDENCIA DESENV. AMAZONIA-SUDAM	20
SUPERINT. DE DESENV. CENTRO-OESTE-SUDECO	16
SUPERINTENDENCIA DESENV. NORDESTE-SUDENE	14
SUPERINT. DESENV. DA REGIAO SUL-SUDESUL	6
CIA DESENV. VALE DO SAO FRANCISCO-CODEVASF	3
DEPTO. NACIONAL OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOC	2

*/ A partir de 1975 foram realizados em convenio com o Centro de Trei-
namento para o Desenvolvimento Economico-CENDEC, do Instituto de
Planejamento Economico e Social-IPEA-Secretaria de Planejamento e
Coordenacao da Presidencia da Republica-SEPLAN.

**CURSO DE PLANEJAMENTO REGIONAL
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES**

1971-1977/1979-1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	
2.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	17
BANCO DA AMAZONIA-BASA	5
BANCO DO NORDESTE-BNE	6
BANCO DE DESENV. DO EXTREMO SUL-BRDE	6
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	33
3.1. MINISTERIOS	15
AGRICULTURA	3
EDUCACAO	3
SAUDE	5
TRANSPORTES	4
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	18
CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S.A.-ELETROBRAS	3
CIA. BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO-CIBRAZEM	3
EMPRESA BRAS.PESQUISA AGROPECUARIA-EMBRAPA	2
EMPRESA BRAS.DE PLANEJ.TRANSPORTES-BEIPDT	2
PETROLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS	1
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A.-PORTOBRAS	1
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS	1
DEPTO.NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO-DNOS	1
INSTITUTO NACIONAL COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA-INCRA	1
FUNDACAO SERVICO SAUDE PUBLICA-FSESP	3
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	205
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	205
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES	
VINCULADAS	191
ALAGOAS	7
AMAZONAS	15
BAHIA	19
CEARA	17
DISTRITO FEDERAL	7
ESPIRITO SANTO	4
GOIAS	8
MARANHAO	31
MATO GROSSO	4
MATO GROSSO DO SUL	2
MINAS GERAIS	5
PARA	16
PARAIBA	7
PARANA	5
PERNAMBUCO	7

CURSO DE PLANEJAMENTO REGIONAL
PARTICIPANTES, SEGUNDO AS INSTITUICOES

1971-1977/1979-1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.1. SECRETARIAS DE ESTADU E INSTIT.VINCULADAS	37
PIAUI	3
RIO DE JANEIRO	1
RIO GRANDE DO NORTE	4
RIO GRANDE DO SUL	17
SANTA CATARINA	2
SAO PAULO	5
SERGIPE	5
4.2. SECRETARIAS DE GOVERNO DOS TERRITORIOS	7
AMAPA	4
RORAIMA	3
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	5
ALAGOAS	1
AMAZONAS	1
BAHIA	1
MARANHAO	1
PIAUI	1
4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	2
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE STA.CATARINA	1
UNIAO NORDESTINA DE ASSISTENCIA A PEQUENAS ORGANIZACOES	1
SUBTOTAL	391
PAISES LATINO-AMERICANOS	9
ARGENTINA	1
BOLIVIA	1
CHILE	1
COLOMBIA	1
ECUADOR	2
PERU	1
URUGUAI	1
VENEZUELA	1
TOTAL	400

CURSO DE PLANEJAMENTO REGIONAL
PARTICIPANTES POR PROFISSOES

1971-1977/1979-1989 */

PROFISSAO	PARTICIPANTES
ANTROPOLOGO	1
ARQUITETO	10
ASSISTENTE SOCIAL	4
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	33
BACHAREL EM CIENCIAS POLITICAS	1
BACHAREL EM DIREITO	12
BACHAREL EM FILOSOFIA	1
BACHAREL EM HISTORIA	1
BACHAREL EM LETRAS	3
BACHAREL EM LINGUAS	1
BACHAREL EM PEDAGOGIA	4
BIOQUIMICO	1
CONTADOR	3
DENTISTA	1
ECONOMISTA	202
ENGENHEIRO AGRONOMO	29
ENGENHEIRO CIVIL	22
ENGENHEIRO ELETRICISTA	1
ENGENHEIRO ELETRONICO	1
ENGENHEIRO FLORESTAL	2
ENGENHEIRO INDUSTRIAL	2
ENGENHEIRO MECANICO	1
ESTADISTICO	4
FISICO	1
GEOGRAFO	13
JORNALISTA	2
MATEMATICO	5
MEDICO	4
MILITAR (OFICIAL)	1
NUTRICIONISTA	1
QUIMICO INDUSTRIAL	2
SOCIOLOGO	17
TECNICO EM TURISMO	1
VETERINARIO	2
<hr/>	
SUBTOTAL	391
<hr/>	
PROFISSIONAIS LATINO-AMERICANOS	9
<hr/>	
TOTAL	400
<hr/>	

*/ A partir de 1975 foram realizados em convenio com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Economico-CENDEC, do Instituto de Planejamento Economico e Social-IPEA-Secretaria de Planejamento e Coordenacao da Presidencia da Republica.

CURSO DE PLANEJAMENTO REGIONAL
PARTICIPANTES POR REGIÃO

1971-77/1979-89 a/

REGIÃO	PARTICIPANTES
CENTRO-OESTE b/	130
NORDESTE	131
NORTE	69
SUDESTE c/	22
SUL	39
SUBTOTAL	391
PAISES LATINO-AMERICANOS	9
TOTAL	400

Notas:

- a/ A partir de 1975 foram realizados em convenio com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Economico-CENDEE, do Instituto de Planejamento Economico e Social-IPEA, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidencia da República-SEPLAN-PR.
- b/ Inclui 88 participantes vinculados a instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Distrito Federal.
- c/ Sete participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Rio de Janeiro.

Curso de Planejamento Social

O Curso tem como objetivos:

a) Treinar técnicos ligados à área social no aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, destacando os fatores sociais sobre os quais atuam mediante uma coordenação de políticas, associadas a uma metodologia nitidamente vinculada à realidade nacional.

b) Destacar a importância de grupos sociais, especialmente dos recursos humanos jovens, como áreas de intervenção de uma política de desenvolvimento.

A parte inicial do Curso trata de Conceitos Básicos de Economia, Introdução ao Desenvolvimento e outros temas introdutórios. Em seguida, trata da parte instrumental centrada em Estatística e Demografia e, finalmente, contempla Planejamento Social, Técnicas de Avaliação de Programas Sociais, Planejamento dos Recursos Humanos, Política de Emprego, e divide-se em três opções: Planejamento da Saúde, Planejamento da Educação e Marginalidade Urbana.

No período 1980-1982, foram realizados 3 cursos e treinados 89 profissionais, de acordo com os quadros anexos.

CURSO DE PLANEJAMENTO SOCIAL #/
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1980-1981-1982

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I-II)	89
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	80
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	23
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	18
PLANEJAMENTO	4
PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL	10
TRABALHO	4
1.2. BANCO CENTRAL E BANCO DE DESENVOLVIMENTO	1
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF	1
1.3. UNIVERSIDADES	1
FLUMINENSE-UFF	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	13
2.1. ORBEO CENTRAL E INSTITUICOES DE	13
DESENVOLVIMENTO	13
SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	9
SUPERINT. DESENV. REGIÃO CENTRO-OESTE-SUDECO	2
SUPERINTENDENCIA DESENV. NORDESTE-SUDENE	1
CIA DESENV. VALE DO SAC FRANCISCO-CDDEVASF	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	47
3.1. MINISTERIOS	44
AGRICULTURA	2
EDUCACAO	25
INDUSTRIA E COMERCIO	1
SAUDE	16
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	2
FUNDACAO SERVICO DE SAUDE PUBLICA-FSESP	2
3.3. CONFEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	1
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO-SESC	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	9
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	9
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES	6
VINCULADAS	6
MATO GROSSO DO SUL	1
PARA	2
PERNAMBUCO	1
RIO GRANDE DO NORTE	1
SERGIPE	1
4.2. SECRETARIAS DE GOVERNOS DOS TERRITORIOS	2
AMAPA	1
ROFAIMA	1

**CURSO DE PLANEJAMENTO SOCIAL */
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES**

1980-1981-1982

SUBTOTAL	88
EMPRESAS PRIVADAS	1
SUBTOTAL	89
PARTICIPANTES DO EXTERIOR	2
AFRICA (ANGOLA)	1
AMERICA LATINA (NICARAGUA)	1
TOTAL	91

**CURSO DE PLANEJAMENTO SOCIAL */
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES**

1980-1981-1982

RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	88
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	80
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	8
EMPRESAS PRIVADAS	1
SUBTOTAL	89
PARTICIPANTES DO EXTERIOR	2
AFRICA	1
AMERICA LATINA	1
TOTAL	91

*/ Cursos realizados em convenio com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Economico-CENDEC, do IPEA, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República-SEPLAN, com o apoio do das Nações Unidas para a Infancia-UNICEF.

CURSO DE PLANEJAMENTO SOCIAL */
PARTICIPANTES POR PROFISSOES

1980-1981-1982

PROFISSAO	PARTICIPANTES
ANTROPOLOGO	1
ASSISTENTE SOCIAL	5
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	6
BACHAREL EM DIREITO	2
BACHAREL EM LETRAS	2
BACHAREL EM PEDAGOGIA	17
BIBLIOTECARIO	1
DENTISTA	1
ECONOMISTA	11
ENGENHEIRO DE ALIMENTOS	1
ENGENHEIRO CIVIL	1
ESTADISTICO	3
FARMACEUTICO	1
GEOGRAFO	1
JORNALISTA	1
MATEMATICO	2
MEDICO	9
NUTRICIONISTA	2
PSICOLOGO	1
SOCIOLOGO	11
VETERINARIO	1
<hr/>	
SUBTOTAL	89
<hr/>	
AFRICA (ANGOLA)	1
AMERICA LATINA (NICARAGUA)	1
<hr/>	
TOTAL	91
<hr/>	

*/ Cursos realizados em convenio com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Economico - CENDEC, do Instituto de Planejamento Economico e Social-IPEA, da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República-SEPLAN, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF.

CURSOS DE PLANEJAMENTO SOCIAL a/
PARTICIPANTES POR REGIÃO

1980-1981-1982

REGIÕES	PARTICIPANTES
CENTRO-OESTE b/	81
NORDESTE	4
NORTE	0
SUDESTE	1
SUL	1
SUBTOTAL.....	89
AFRICA (ANGOLA)	1
AMÉRICA LATINA (NICARAGUA)	1
TOTAL.....	91

Notas:

- a/ Cursos realizados em convenio com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Economico-CENDEC, do Instituto de Planejamento Economico e Social-IPEA, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República-SEPLAN, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF.
- b/ 79 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas em Brasília/Distrito Federal.

Curso de Planejamento Global - Especialidade

Curso destinado a capacitar profissionais de elevada qualidade técnica com o objetivo de permitir que tenham sob sua responsabilidade ou possam colaborar em: elaboração de diagnóstico geral da economia, fazer projeções macroeconômicas, determinar metas setoriais coerentes e efetuar outras análises afinentes ao processo de planejamento do desenvolvimento.

Foi realizado um curso em 1970 e treinados 8 profissionais, de acordo com os quadros anexos.

CURSO SOBRE ESPECIALIDADE DE PLANEJAMENTO GLOBAL */
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1970

INSTITUICOES	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	8
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	3
I. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	2
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	
BANCO DO BRASIL-BB	1
1.3. UNIVERSIDADES	
UNIVERSIDADE DO PARA-UFFPA	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	1
3.1. MINISTERIOS	
AGRICULTURA	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	5
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	5
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES	
VINCULADAS	5
AMAZONAS	1
MATO GROSSO	1
PARANA	3

*/ Realizado em convenio com a Universidade de Campinas-UNICAMP, Estado de São Paulo.

CURSO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	5
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	3
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	5

**CURSO SOBRE ESPECIALIDADE DE PLANEJAMENTO GLOBAL a/
PARTICIPANTES POR PROFISSAO**

1970

PROFISSAO	PARTICIPANTES
ECONOMISTA	6
ENGENHEIRO CIVIL	1
SOCIOLOGO	1
TOTAL	8

**CURSO SOBRE ESPECIALIDADE DE PLANEJAMENTO GLOBAL
PARTICIPANTES POR REGIAO**

1970

REGIAO	PARTICIPANTES
CENTRO-OESTE b/	3
NORDESTE	-
NORTE	2
SUDESTE	-
SUL	3
TOTAL.....	8

Notas:

- a/ Realizado em convenio com a Universidade de Campinas-UNICAMP, Estado de Sao Paulo.
- b/ Inclui 2 participantes vinculados a instituicoes do Governo Federal, de ambito nacional, sedeadas em Brasilia-Distrito Federal.

Curso de Planejamento Agrícola

O Curso compreende três pontos básicos: aspectos teóricos, conjunto de instrumentos e aplicações práticas. Os aspectos teóricos são relacionados com a definição da natureza, amplitude e objetivos do planejamento, as atividades da agricultura e, ainda, as interrelações entre o planejamento agrícola e o planejamento global e os dos demais planejamentos setoriais.

O conjunto de instrumentos é estudado evidenciando-se os procedimentos operacionais relacionados com a montagem e implantação dos mecanismos administrativos requeridos para efetivar um processo de planejamento, assim como o estudo dos instrumentos necessários para operar com as diversas técnicas de programação aplicáveis ao setor agrícola.

E dada especial importância aos problemas relacionados com a formulação de uma estratégia para o setor e aos instrumentos necessários para sua implantação.

Os aspectos práticos têm por objetivo ilustrar a aplicação concreta dos conhecimentos desenvolvidos, através da análise e discussão de experiências vividas e de casos simulados de planejamento a nível setorial.

No período 1968-1969, foram realizados 2 cursos e treinados 52 profissionais, de acordo com os quadros anexos.

CURSO DE PLANEJAMENTO AGRICOLA
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1968-1969

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	52
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	47
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	-
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2
2.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	2
BANCO DA AMAZONIA-BAE	1
BANCO DE DESENV. DO EXTREMO SUL-BEDE	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	45
3.1. MINISTERIOS	42
AGRICULTURA	42
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	3
INSTITUTO NACIONAL COLONIZACAO E REFORMA	
AGRARIA-INORA	2
SUPERINT.NACIONAL DO ABASTECIMENTO-SUNAE	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	5
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	5
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES	
VINCULADAS	5
BAHIA	1
MARANHAO	1
PIAUÍ	1
RIO GRANDE DO SUL	1
SANTA CATARINA	1

RESUMO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	52
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	47
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	5

CURSO DE PLANEJAMENTO AGRICOLA
PARTICIPANTES POR PROFISSAO

1968-1969

PROFISSAO	PARTICIPANTES
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	3
ECONOMISTA	26
ENGENHEIRO AGRONOMO	20
ENGENHEIRO INDUSTRIAL	1
ESTADISTICO	4
VETERINARIO	4
TOTAL	52

CURSO DE PLANEJAMENTO AGRICOLA
PARTICIPANTES POR REGIAO

1968-1969

REGIAO	PARTICIPANTES
CENTRO-DESTE */	45
NORDESTE	3
NORTE	1
SUDESTE	-
SUL	3
TOTAL	52

*/ Todos os participantes integram instituicoes do Governo Federal, de ambito nacional, sediadas em Brasilia-Distrito Federal.

Curso de Planejamento Industrial

O Curso tem por objetivo preparar técnicas em matérias inerentes ao planejamento do desenvolvimento da indústria manufatureira. Pretende-se, em outros termos, que os treinandos possam contribuir ao exercício racionalizado da política industrial.

A ênfase é dada em uma política que implique em considerar tanto o setor em seu conjunto como cada uma de suas partes, até o projeto específico e a empresa, ademais de considerar os âmbitos regionais, nacional e internacional.

O Planejamento Industrial é colocado sobre bases teóricas e práticas, dentro do marco do desenvolvimento global.

O Curso oferece ainda matérias, tais como: Estatística Industrial, Comércio Internacional e Industrialização, Programação à nível de projetos e indústrias específicas (alimentar, têxtil, química, mecânica, metalúrgica e siderúrgica), Teoria do Desenvolvimento, Sociologia Industrial, Processo Brasileiro e Latino-Americano de Industrialização e Estudos de Casos.

No período 1967-1970, foram realizados 3 cursos e treinados 54 profissionais, de acordo com os quadros anexos.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO INDUSTRIAL
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUIÇÕES

1967-1969-1970

INSTITUIÇÕES	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	54
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	21
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	14
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO PLANEJAMENTO	2
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	4
BANCO DO BRASIL-BB	2
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES	2
1.3. UNIVERSIDADES	6
CAMPINAS-UNICAMP	6
ESPIRITO SANTO-UFES	1
PONTIFICIA DE SÃO PAULO-PUC	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3
2.1. ORGAOS CENTRAIS E INSTITUIÇÕES DE DESENV. SUPERINT.DO DESENV.DO NORDESTE-SUDENE	1
2.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	2
BANCO DA AMAZONIA-BASA	1
BANCO DE DESENV.DO NORDESTE-BNE	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	4
3.1. MINISTERIOS	1
INDUSTRIA E COMERCIO	1
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	1
PETROLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS	1
3.3. CONFEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	2
CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA-CNI	1
ASSOCIACAO BRAS.PARA DESENV.DAS INDUSTRIAS DE BASE-ABDIE	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	33
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	33
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUIÇÕES VINCULADAS	25
ALAGOAS	1
AMAZONAS	1
BAHIA	1
MARANHÃO	1
MINAS GERAIS	12
PARANÁ	2
PERNAMBUCO	2

CURSO DE PLANEJAMENTO INDUSTRIAL
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES */

1967-1969-1970

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	
RIO GRANDE DO NORTE	1
SANTA CATARINA	2
SAO PAULO	2
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	
CERRA	1
MINAS GERAIS	5
PARANA	1
SANTA CATARINA	1

*/ II curso realizado em convenio com a Universidade de Campinas-UNICAMP-1969.

RESUMO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	54
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	21
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	33

CURSO DE PLANEJAMENTO INDUSTRIAL
PARTICIPANTES POR PROFISSAO

1967-1969-1970

PROFISSAO	PARTICIPANTES
BACHAREL EM DIREITO	5
BACHAREL EM LETRAS	1
BACHAREL EM LINGUAS	1
ECONOMISTA	20
ENGENHEIRO CIVIL	9
ENGENHEIRO ELETRICISTA	1
ENGENHEIRO INDUSTRIAL	1
ENGENHEIRO MECANICO	3
ENGENHEIRO NAVAL	2
ESTADISTICO	1
MATEMATICO	1
SOCIOLOGO	6
TOTAL	54

CURSO DE PLANEJAMENTO INDUSTRIAL
PARTICIPANTES, POR REGIAO

1967-1969-1970 a/

REGIAO	PARTICIPANTES
CENTRO-OESTE b/	5
NORDESTE	9
NORTE	2
SUDESTE c/	32
SUL	6
TOTAL	54

Notas:

a/ O curso realizado em convênio com a Universidade de Campinas-UNICAMP, 1965.

b/ Todos os participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Distrito Federal.

c/ Três participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Rio de Janeiro.

Curso de Planejamento de Habitação

O Curso destina-se à discussão das fases do planejamento da Habitação, com o objetivo de contribuir para melhorar as condições de habitação, de forma coordenada com o plano de desenvolvimento. Concede especial importância à análise dos aspectos técnicos e de pesquisa, que permitam definir a situação da habitação, estimar os déficits atuais e a demanda futura, fixar normas, etc..., como também considerar os aspectos financeiros e administrativos de um plano de habitação.

Foi realizado um curso em 1968 e treinados 28 profissionais, de acordo com os quadros anexos.

CURSO DE PLANEJAMENTO DE HABITACAO
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1969

INSTITUICOES	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	12
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	10
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-ENDES	5
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF */	1
1.3. CONSELHOS, FUNDACOES E AUTARQUIAS	5
INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL-IAF	3
INST. BRAS. DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL-IPAM	2
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENV.	2
SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DO INTERIOR	1
SUPERINT. DESENV. DA AMAZONIA - SUDAM	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	-
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	16
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	16
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	15
ALAGOAS	1
MARANHAO	3
MINAS GERAIS	2
PIAUÍ	2
RIO GRANDE DO SUL	1
RIO DE JANEIRO	6
4.2. SECRETARIAS DOS GOVERNOS DOS TERRITORIOS	1
AMAPA	1
TOTAL	28

*/ Absorveu o Banco Nacional de Habitacao-BNH.

CURSO DE PLANEJAMENTO DE HABITACAO
PARTICIPANTES, POR PROFISSOES

1969

PROFISSAO	PARTICIPANTES
ARQUITETO	12
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	3
BACHAREL EM DIREITO	3
BACHAREL EM FILOSOFIA	1
ECONOMISTA	3
ENGENHEIRO CIVIL	3
SOCIOLOGO	2
TOTAL	28

CURSO DE PLANEJAMENTO DE HABITACAO
PARTICIPANTES POR REGIAO

1969

REGIAO	PARTICIPANTES
CENTRO-DESTE a/	5
NORDESTE	6
NORTE	2
SUDESTE b/	14
SUL	1
TOTAL	28

Notas:

- a/ Todos os participantes integram instituicoes do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Distrito Federal.
- b/ Participantes vinculados a instituicoes do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Rio de Janeiro.

Curso de Elaboração e Análise de Projetos

Este tipo de curso tem como objetivo principal treinar técnicos das Agências Financeiras das Regiões e Estados, de acordo com o interesse do Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social (BNDES).

O treinamento teve como base adestrar teorica e praticamente o pessoal das Agências Financeiras para melhor desempenhar suas funções na seleção e avaliação de projetos, considerados regionalmente viáveis e prioritários, no contexto do processo de desenvolvimento.

Por outro lado, foi colocado em evidência a necessidade de considerar o relacionamento do projeto setorial com a programação global nos diferentes níveis.

Procurou-se, também, ensinar técnicas relacionadas com a apresentação de propostas para financiamento interno e externo de projetos de investimento.

No período 1966-1967, foram realizados 3 cursos e treinados 102 profissionais, de acordo com os quadros anexos.

CURSO DE ELABORACAO E ANALISE DE PROJETOS */
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1966-1967

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	102
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	28
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	12
1.1. MINISTERIOS	1
EXERCITO	1
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	4
BANCO DO BRASIL-EE	4
1.3. UNIVERSIDADES	7
CERRA-UFDe	1
SERGIPE-UFSe	6
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	9
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENV.	1
SUPERINT. DESENV. DO NORDESTE-SUDENE	1
2.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	8
DA AMAZONIA-BASA	7
DO NORDESTE-ENE	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	7
3.1. MINISTERIOS	5
AGRICULTURA	4
EDUCACAO	1
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	2
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E	
REFORMA AGRARIA-INCRÁ	1
DEPTO. NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL (II)	74
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	74
4.1. SECRET. DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	40
ALAGOAS	5
AMAZONAS	19
CEARA	3
MATO GROSSO	1
PARA	1
SERGIPE	11
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	31
ALAGOAS	9
AMAZONAS	3
BAHIA	4
CEARA	2
PARA	4

CENSO DE CLASSIFICADO E ANALISTA DE TÍTULOS
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUIÇÕES

1966-1967

INSTITUIÇÕES	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	102
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL (II)	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	
PARANÁ	4
PERNAMBUCO	2
PIAUÍ	1
SERGIPE	2
4.4. FEDERAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES	
ASSOC. DOS AGRICULTORES E PECUARISTAS DO AMAZONAS	1
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SERGIPE	2

*/ Programa realizado conjuntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, destinado aos Agentes Financeiros.

RESUMO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	102
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	28
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	74

CURSO DE ELABORACAO E ANALISE DE PROJETOS
PARTICIPANTES POR PROFISSAO

1966 A 1967

PROFISSAO	PARTICIPANTES
ARQUITETO	2
ASSISTENTE SOCIAL	2
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	1
BACHAREL EM DIREITO	6
BACHAREL EM FILOSOFIA	1
BACHAREL EM PEDAGOGIA	1
BANCARIO	10
ENGENHEIRO INDUSTRIAL	1
DENTISTA	1
ECONOMISTA	57
ENGENHEIRO AERONAUTICO	6
ENGENHEIRO CIVIL	9
GEOLOGO	1
MILITAR (OFICIAL)	1
QUIMICO INDUSTRIAL	1
TOTAL	102

CURSO DE ELABORACAO E ANALISE DE PROJETOS
PARTICIPANTES POR REGIAO

1966 A 1967

REGIAO	PARTICIPANTES
CENTRO-DESTE a/	12
NORDESTE	54
NORTE	35
SUDESTE b/	1
SUL	-
TOTAL	102

Notas:

a/ Inclui 11 participantes vinculados a instituicoes do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Distrito Federal.

b/ Participantes vinculados a instituicoes do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Rio de Janeiro.

Curso sobre Políticas de Comércio Exterior

Este Curso tem como objetivo apresentar um quadro geral e atualizado dos principais fatos e tendências da situação econômica mundial e nas áreas de comércio internacional, investimento estrangeiro, dívida e financiamento externo.

Trata, finalmente, das políticas e instrumentos do setor externo brasileiro. Discutem-se políticas de exportações e importações, financiamento e promoção comercial, exportação de serviços, forma de lidar com as "tradings" e o financiamento externo da economia brasileira.

Os principais temas do Curso são: Conjuntura Econômica Mundial, Dívida, Ajuste e Financiamento Externo, e Comércio Exterior Latino-americano, Cooperação e Integração.

Foi realizado um Curso em 1986 e treinados 25 técnicos, de acordo com os quadros anexos.

**CURSO SOBRE POLITICAS DE COMERCIO EXTERIOR */
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES**

1986

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	21
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	16
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	5
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	3
PLANEJAMENTO	2
RELACOES EXTERIORES	1
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	1
BANCO NACIONAL DESENV.ECON. E SOCIAL-BNDES	1
1.4. AUTARQUIAS, CONSELHOS, FUNDACOES E OUTRAS ENTIDADES	1
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENV.	2
SUPERINT.DO DESENV.DO NORDESTE-SUDENE	2
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	9
3.1. MINISTERIOS	4
AGRICULTURA	-
EDUCACAO	1
INDUSTRIA E COMERCIO	1
MINAS E ENERGIA	-
TRANSPORTES	2
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	5
CENTRAIS ELETRICAS BRAS.S.A.-ELETROBRAS	1
EMPRESA BRAS.DE PESQUISA AGROPEC.-EMBRAPA	2
SIDERURGIA BRAS.S.A.-SIDERBRAS	1
SUPERINT.NAC.ABASTECIMENTO-SUNAP	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	5
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	5
4.2. SECRETARIAS DE GOVERNO DOS TERRITORIOS	4
RORAIMA	4
4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	1
ASSOCIACAO COMERCIAL DE RORAIMA	1
EMPRESAS PRIVADAS	4

*/ Realizados em convenio com o CENDEC, do IPEA-Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República-SEPLAN.

RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	21
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	16
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	5
EMPRESAS PRIVADAS	4
TOTAL	25

**CURSO SOBRE POLITICAS DE COMERCIO EXTERIOR
PARTICIPANTES POR PROFISSOES**

1986

PROFISSAO	PARTICIPANTES
BACHAREL EM DIREITO	2
BACHAREL EM PEDAGOGIA	1
DIPLOMATA	1
ECONOMISTA	10
ENGENHEIRO AGRONOMO	2
ENGENHEIRO CIVIL	5
JORNALISTA	1
TOTAL	25

**CURSO SOBRE POLITICAS DE COMERCIO EXTERIOR
PARTICIPANTES POR REGIAO**

1986

REGIAO	PARTICIPANTES
CENTRO-DESTE a/	10
NORDESTE	2
NORTE	5
SUDESTE b/	5
SUL	-
TOTAL	25

Notas:

a/ Todos os participantes integram instituicoes do Governo Federal, de ambito nacional, sediadas no Distrito Federal.

b/ Dois participantes integram instituicoes do Governo Federal, de ambito nacional, sediadas no Rio de Janeiro.

Curso-Seminário sobre Comércio Internacional e Desenvolvimento

Este Curso-Seminário, instituído sob o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores, objetiva discutir com diplomatas brasileiros problemas atinentes ao desenvolvimento e ao comércio internacional.

Foram discutidos neste Curso-Seminário os seguintes temas:

a) A formação da economia internacional, sua dinâmica e tendências, as crises do comércio internacional e a industrialização da América Latina.

b) Os mecanismos físicos do processo de desenvolvimento; a formação de capital e as transformações setoriais de uma economia em expansão.

c) As funções do comércio internacional no processo de desenvolvimento e a programação da política de comércio exterior, no contexto dos planos de desenvolvimento.

d) O comércio de produtos de base (café, cacau, açúcar, minério de ferro, carne, algodão).

e) Desenvolvimento recente da economia brasileira.

Foi realizado um curso em 1968, sob o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores, e treinados 58 diplomatas, de acordo com os quadros anexos.

CURSO-SEMINARIO SOBRE COMERCIO INTERNACIONAL
E DESENVOLVIMENTO #/
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1968

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	58
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	58
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	58
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	58
RELACOES EXTERIORES	58
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	-
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	-
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	-

RESUMO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	58
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	58
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	-

CURSO-SEMINARIO SOBRE COMERCIO INTERNACIONAL
E DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES POR PROFISSAO

1968

PROFISSAO	PARTICIPANTES
DIPLOMATA	58

#/ Programa realizado juntamente com o Ministerio das Relacoes Exteriores.

CURSO-SEMINARIO SOBRE COMERCIO INTERNACIONAL
E DESENVOLVIMENTO
PARTICIPANTES POR REGIAO

1968

REGIAO	PARTICIPANTES
CENTRO-OESTE */	58
NORDESTE	-
NORTE	-
SUDESTE	-
SUL	-

*/ Todos integram o quadro de diplomatas do Ministerio das Relações Exteriores, sediado em Brasília-Distrito Federal.

Curso sobre Tecnologia e Impacto Ambiental de Projetos de Investimento

O curso tem como objetivos principais:

a) Obter uma visão geral das relações existentes entre tecnologia e meio ambiente e da sua origem histórica;

b) Adquirir uma concepção clara do que seja o trabalho interdisciplinar e de como este deve articular-se e desenvolver-se para que seja eficaz e eficiente;

c) Fornecer um instrumental básico, teórico e prático, para possibilitar aos treinandos a aplicação de metodologias de formulação e avaliação de projetos de investimento, com ênfase na análise do impacto ambiental, externalidades e de processos tecnológicos.

O curso contempla, na primeira parte, o marco conceitual sobre Ciência e Tecnologia, Economia Aplicada a Projetos, Ecologia Humana, Gestão Ambiental, Teoria Geral de Sistemas, Planejamento Governamental e Teoria do Desenvolvimento.

Na segunda parte, trata do marco estrutural sobre o Processo Tecnológico, Impacto Ambiental de Projetos de Investimento, Elaboração e Análise de Projetos, Processos Tecnológicos e Análise dos Impactos Ambientais.

Na parte final, realiza um trabalho prático sobre Avaliação Financeira e Sócio-Econômica de Projetos de Investimentos, com

Curso em Extensão, Impacto Ambiental e Processo
tecnológico.

Foi realizado um curso em 1984 e treinados 30 profissionais,
de acordo com os quadros anexos.

CURSO SOBRE TECNOLOGIA E IMPACTO AMBIENTAL
DE PROJETOS DE INVESTIMENTO */
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1984

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	30
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	15
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	5
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	1
PLANEJAMENTO	1
1.2. AUTARQUIAS, CONSELHOS, FUNDACOES E OUTRAS ENTIDADES	4
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO-AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA	4
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENV.	4
SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	1
MINTEP	1
SUPERINT. DO DESENV. DA AMAZONIA-EUDAM	1
SUPERINT. DA ZONA FRANCA DE MANAUS-SUFRAMA	1
CIA. DESENV. VALE DO SAO FRANCISCO-CODEVASF	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	6
3.1. MINISTERIOS	3
INDUSTRIA E COMERCIO	1
MINAS E ENERGIA	2
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	3
CENTRAIS ELETRICAS BRAS.S.A.-ELETROBRAS	2
EMPRESA BRAS. DE PESQUISA AGROPEC.-EMBRAPA	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	15
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	15
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTIT. VINCULADAS	13
ALABDAS	1
BAHIA	1
KARANHAU	1
MATO GROSSO	1
MATO GROSSO DO SUL	1
MINAS GERAIS	1
PARA	1
PARAIBA	1
RIO GRANDE DO NORTE	1
RIO DE JANEIRO	2
SAO PAULO	1
SERGIPE	1
4.2. SECRETARIAS DE GOVERNO DOS TERRITORIOS	2
AMAPA	1
RODRIMA	1

*/ Realizados em convenio com o CENDEC, do IPEA-Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República-SEPLAN, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA.

CURSO SOBRE TECNOLOGIA E IMPACTO AMBIENTAL DE
 PROJETOS DE INVESTIMENTO/PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1984

INSTITUICOES	PARTICIPANTES
SUBTOTAL	30
PARTICIPANTES DO EXTERIOR (AMERICA LATINA)	4
ARGENTINA	1
PERU	2
VENEZUELA	1
TOTAL	34

CURSO SOBRE TECNOLOGIA E IMPACTO AMBIENTAL DE
 PROJETOS DE INVESTIMENTO/PARTICIPANTES POR PROFISSOES

1984

PROFISSAO	PARTICIPANTES
ARQUITETO	3
ECONOMISTA	14
ENGENHEIRO AGRONOMO	4
ENGENHEIRO CIVIL	3
ENGENHEIRO ELETRICISTA	3
SOCIOLOGO	1
SUBTOTAL	30
PROFISSIONAIS LATINO-AMERICANOS	4
TOTAL	34

CURSO SOBRE TECNOLOGIA E IMPACTO AMBIENTAL DE
 PROJETOS DE INVESTIMENTO/PARTICIPANTES POR REGIAO

1984

REGIAO	PARTICIPANTES
CENTRO-OESTE a/	10
NORDESTE	7
NORTE	7
SUDESTE b/	4
SUL	-
SUBTOTAL	30
PAISES LATINO-AMERICANOS	4
TOTAL	34

Notas:

- a/ Todos os participantes integram instituicoes do Governo Federal, de ambito nacional, sediadas em Brasilia-Distrito Federal.
- b/ Dois participantes integram instituicoes do Governo Federal, de ambito nacional, sediadas no Rio de Janeiro.

Curso-Lanter sobre Problemas Atuais e Estratégias de Desenvolvimento na América Latina

Este Curso, concebido como uma oportunidade de análise e reflexão sobre a orientação e conteúdo das propostas de ação esboçadas para enfrentar a crise que atualmente afeta os países em desenvolvimento, especialmente os latino-americanos, tem como objetivos:

a) Revisar a discussão teórica e técnica sobre crescimento e desenvolvimento e analisá-la à luz das experiências recentes de política econômica, bem como dos problemas e das perspectivas da América Latina;

b) Contribuir para a realização de uma análise sistemática das alternativas que se oferecem aos países latino-americanos para vencer a crise, considerando sua viabilidade econômica e política.

Foi realizado um curso em 1986 e treinados 12 profissionais, de acordo com os quadros anexos.

CURSO-TALLER SOBRE PROBLEMAS ATUAIS E ESTRATEGIAS
DE DESENVOLVIMENTO NA AMERICA LATINA */
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1986

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	12
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	10
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	6
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	1
FAZENDA	1
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	2
BANCO DO BRASIL-BB	1
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF	1
1.4. AUTARQUIAS, CONSELHOS, FUNDACOES E OUTRAS ENTIDADES	3
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA	3
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENV. SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	3
3.1. MINISTERIOS	2
AGRICULTURA	1
SAUDE	1
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	1
EMPRESA BRAS.PLANEJ.DOS TRANSPORTES-GEIPOT	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	2
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	2
4.1. SECRET.DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	2
DISTRITO FEDERAL	1
SAO PAULO	1

*/ Realizados em convenio com o CENDEC, do IPEA-Secretaria de Planejamento e Coordenacao da Presidencia da Republica-SEPLAN, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

CONGRESSO NACIONAL	1
SENADO FEDERAL	1
PARTICIPANTES DE EXTERIORES	7
ARGENTINA	1
BOLIVIA	1
CHILE	1
COLOMBIA	1
COSTA RICA	1
PERU	2

RESUMO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	12
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	10
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	2
CONGRESSO NACIONAL	1
PAISES LATINO-AMERICANOS	7
TOTAL	20

CURSO-TALLER SOBRE PROBLEMAS ATUAIS E ESTRATEGIAS
DE DESENVOLVIMENTO NA AMERICA LATINA */
PARTICIPANTES POR PROFISSAO

1986

PROFISSAO	PARTICIPANTES
ARQUITETO	1
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	2
BACHAREL EM DIREITO	2
BACHAREL EM RELACOES INTERNACIONAIS	1
ECONOMISTA	4
ENGENHEIRO AGRONOMO	1
ENGENHEIRO DE PESCA	1
MATEMATICO	1
SUBTOTAL	13
PROFISSIONAIS LATINO-AMERICANOS	7
TOTAL	20

*/ Realizados em convenio com o CENDEC, do IPEA-Secretaria de Planejamento e Coordenacao da Presidencia da Republica-SEPLAN, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

CURSO-TALLER SOBRE PROBLEMAS ATUAIS E ESTRATEGIAS
DE DESENVOLVIMENTO NA AMERICA LATINA
PARTICIPANTES POR REGIAO

1986

REGIAO	PARTICIPANTES
DENTRO-OESTE #/	10
NORDESTE	-
NORTE	-
SUDESTE	1
SUL	-
SUBTOTAL	10
PAISES LATINO-AMERICANOS	7
TOTAL	20

#/ Todos os participantes integram instituicoes do Governo Federal, de ambito nacional, sediadas em Brasilia-Distrito Federal.

O programa de treinamento realizado pela CEPAL e o ILPES no Brasil, com o patrocínio e colaboração de várias instituições governamentais a nível federal, estadual e municipal, treinou, no período 1956/1989, com destaque para os anos de 1960 a 1989, 2.177 profissionais brasileiros, 26 de outros países da América Latina e 1 da África, totalizando 2.204 técnicos.

No universo dos 2.177 brasileiros, 2.161 técnicos atuavam no Sistema de Planejamento Nacional, sendo 1.207 do Sistema Federal e 954 do Sistema de Planejamento Estadual.

Dentro da visão sistêmica concebida para o trabalho incluiu-se no âmbito federal a presença das Confederações Nacionais do Comércio e da Indústria, do Serviço Social do Comércio e da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base, com 8 técnicos treinados, e nos Estados Federados várias Federações de Indústria, Associações Comerciais e outras entidades, num total de 16 profissionais treinados.

Além dos 2.161 técnicos que estavam reunidos no Sistema de Planejamento Nacional, o Programa atendeu a 2 representantes do Congresso Nacional e a 14 profissionais de empresas privadas, atingindo, assim, a um total de 2.177 técnicos, para atender às necessidades do processo de desenvolvimento do Brasil.

Para ficar clara a grande contribuição prestada pela CEPAL e pelo ILPES ao processo de desenvolvimento brasileiro e ao

relevante impacto no Sistema de Planejamento Nacional, mereceu evidenciar a distribuição dos subsistemas.

Dos 1.207 técnicos do Sistema de Planejamento Federal, 497 integravam o subsistema Desenvolvimento Nacional, 393 o Desenvolvimento Regional e 317 o Setorial. O Sistema de Planejamento Estadual, com 954 profissionais, no subsistema Desenvolvimento Estadual, aí totalmente inseridos dadas as particularidades do Planejamento Estadual no Brasil, evidenciadas no Seminário sobre Planejamento Estadual, realizado em 1965, bem como na pesquisa sobre o mesmo tema, efetuada pela CEPAL no Brasil.

No entanto, merece registro que alguns Estados com ajuda da assessoria do ILPES, em que pese a ausência de instrumentos próprios, tentaram em seu Planejamento Estadual inserir aspectos do desenvolvimento regional, no contexto da divisão político-administrativa do Estado Federado, a exemplo de Minas Gerais e Bahia.

No âmbito do Sistema de Planejamento Federal, cabe ressaltar:

a) que no Subsistema Desenvolvimento Nacional, 185 técnicos integravam Ministérios e Secretarias de Estado, 118 pertenciam ao Banco Central e Bancos de Desenvolvimento, 171 profissionais provinham das Universidades e 23 estavam vinculados a Conselhos, Autarquias e Fundações;

ANEXO III - PARTICIPANTES POR INSTITUIÇÃO

1956 A 1989

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (1+II)	2161
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	1207
1.1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	497
1.1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	185
REPUBLICANICA	5
EXERCITO	21
FAZENDA	17
JUSTICA	3
MARINHA	2
PLANEJAMENTO	51
PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL	14
RELAÇÕES EXTERIORES	67
TRABALHO	8
1.1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	118
BANCO CENTRAL DO BRASIL-BACEN	17
BANCO DO BRASIL-BB	60
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES	29
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-DEF	12
1.1.3. UNIVERSIDADES	171
AMAZONAS-UMA	11
BAHIA-UFBA	5
BRASILIA-UNB	4
CAMPINAS-UNICAMP	11
CEARA-UFC	9
ESPIRITO SANTO-UFES	21
FLUMINENSE-UFF	1
MARANHAO-UFMA	1
MINAS GERAIS-UFMG	6
PARA-UFFa	9
PARAIBA-UFFb	3
PARANA-UFFr	11
PERNAMBUCO-UFFc	1
PIAUI-UFFd	1
RIO GRANDE DO NORTE-UFRN	3
RIO GRANDE DO SUL-UFRGS	9
RIO DE JANEIRO-URJ	7
SANTA CATARINA-UFSC	4
SAO PAULO-USP	13
ESTADO DE SAO PAULO-UNESP	8
SERGIPE-UFSE	7
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO GRANDE DO SUL-PUC/RS	3
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SAO PAULO-PUC/SP	7
UNIVERSIDADE MACKENZIE-SAO PAULO	2

CURSOS REALIZADOS NO BRASIL
PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1956 A 1969

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	
1.4. CONSELHOS, AUTARQUIAS, FUNDACOES E OUTRAS ENTIDADES	
CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA-CNE	3
FUNDACAO GETULIO VARGAS-FGV	3
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA	12
INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL-IBR	3
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL-IBAM	2
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	393
2.1. ORGAOS CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENVOLVIMENTO	
SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	36
SUPERINTENDENCIA DESENV. AMAZONIA-SUDAM	51
SUPERINT. DESENV. REGIAO CENTRO-OESTE-SUDECO	21
SUPERINTENDENCIA DESENV. NORDESTE-SUDENE	126
SUPERINTENDENCIA DESENV. REGIAO SUL-SUDESUL	13
SUPERINT. ZONA FRANCA DE MANAUS-SUFRAMA	3
CIA DESENV. VALE DO SAO FRANCISCO-CODEVASF	7
DEPTO. NACIONAL OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCB	6
2.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	
BANCO DA AMAZONIA-BASA	31
BANCO DO NORDESTE-BNE	63
BANCO DE DESENVOLVIMENTO EXTREMO SUL-BRDE	12
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	317
3.1. MINISTERIOS	
AGRICULTURA	92
COMUNICACAO	2
EDUCACAO	36
INDUSTRIA E COMERCIO	6
MINAS E ENERGIA	6
SAUDE	28
TRANSPORTES	11
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	
CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S.A.-ELETRONAS	7
CIA BRASILEIRA DE ARMAZENS-CIBRAZEN	3
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE-CVRD	7
EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT	2
EMPRESA BRAS. DE PESQUISA AEROFEC.-EMBRAPA	5
EMPRESA BRAS. PLANES. DE TRANSPORTES-GEIPOP	6
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A.-PORTOBRAS	6

CURSOS REALIZADOS NO BRASIL
PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1956 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (1+11)	
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	
PETROLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS	15
REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A.-RFFSA	5
SIDERURGIA BRASILEIRA S.A.-SIDERARAS	6
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS	2
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA-INCRA	20
INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA-ITA	1
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL-IAA	1
INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE-IBC	5
DEPTO.NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO-DNOB	5
DEPTO.NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER	12
FUNDACAO SERVICO DE SAUDE PUBLICA-FSESP	8
SUPERINT.NACIONAL DO ABASTECIMENTO-SUNAB	2
3.3. CONFEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	
CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO-DNC	1
CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA-CNI	3
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO-SESC	3
ASSOCIACAO BRAS. PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDUSTRIAS DE BASE-ABDIE	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	954
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES	
VINCULADAS	820
ALAGOAS	24
AMAZONAS	50
BAHIA	74
CEARA	56
ESPIRITO SANTO	23
GOIAS	19
MARANHAO	52
MATO GROSSO	13
MATO GROSSO DO SUL	4
MINAS GERAIS	38
PARA	49
PARAIBA	21
PARANA	97
PERNAMBUCO	35
PIAUÍ	16
RIO DE JANEIRO	24
RIO GRANDE DO NORTE	21
RIO GRANDE DO SUL	77

CURSOS REALIZADOS NO BRASIL
PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1956 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	
RONDONIA	1
SANTA CATARINA	37
SAO PAULO	52
SERGIPE	27
DISTRITO FEDERAL	10
4.2. SECRETARIAS DE GOVERNO DOS TERRITORIOS	
AMAPA	7
RODRIMA	9
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	
AMAZONAS	7
BAHIA	10
CEARA	9
ESPIRITO SANTO	4
MARANHAO	5
MINAS GERAIS	17
PARA	4
PARAIBA	6
PARANA	2
PERNAMBUCO	5
PIAU	3
RIO GRANDE DO NORTE	1
RIO GRANDE DO SUL	2
SANTA CATARINA	10
SAO PAULO	1
SERGIPE	3
4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	
FEDERACAO DO COMERCIO DE SAO PAULO	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE ALAGOAS	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DA BAHIA	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESPIRITO SANTO	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE MINAS GERAIS	2
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE SANTA CATARINA	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE SERGIPE	2
ASSOCIACAO COMERCIAL DO MARANHAO	1
ASSOCIACAO COMERCIAL DE SAO PAULO	1
ASSOCIACAO COMERCIAL DE RODRIMA	1

CURSOS REALIZADOS NO BRASIL
PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1956 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	
ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E PECUARISTAS DO AMAZONAS	1
ASSOCIACAO MINEIRA DE ENGENHARIA	1
SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE FIACAO E TECELAGEM DE SAO PAULO	1
UNIAO NORDESTINA DE ASSISTENCIA AS PEQUENAS ORGANIZACOES	1

CONGRESSO NACIONAL	2
SENADO FEDERAL	2
EMPRESAS PRIVADAS	14

RESUMO	

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	2.161
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	1.207
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	954
CONGRESSO NACIONAL	2
EMPRESAS PRIVADAS	14

TOTAL	2.177

PARTICIPANTES DO EXTERIOR	27
AFRICA	1
AMERICA LATINA	26

TOTAL GERAL	2.204

b) que no Subsistema Desenvolvimento Regional, 267 profissionais pertenciam ao Órgão Central e às Instituições de Desenvolvimento e 106 a Bancos de Desenvolvimento;

c) que no Subsistema Desenvolvimento Setorial, 185 eram vinculados a Ministérios Setoriais, 124 a Autarquias, Empresas e Fundações e 8 a Confederações e outras entidades.

No âmbito do Sistema de Planejamento Estadual, Subsistema Desenvolvimento Estadual, 820 técnicos integravam as Secretarias de Estado e Instituições vinculadas, 16 as Secretarias de Governo dos Territórios, 102 pertenciam a Bancos de Desenvolvimento e 16 as Federações de Indústria, Associações Comerciais e outras entidades.

Sob o aspecto de origem universitária dos profissionais treinados, merece destaque o treinamento de 45,52% de economistas, 19,07% de engenheiros e 9% de bacharéis em Direito, devendo-se registrar que os cursos propiciaram a muitos a possibilidade de aprofundar os seus estudos em economia, transformando-se, na realidade, em profissionais do desenvolvimento.

CURSOS REALIZADOS NO PERÍODO
PARTICIPANTES POR PROFISSÃO

1956 A 1989

PROFISSÃO	PARTICIPANTES
	2.177
ANTROPOLOGO	1
ARQUITETO	39
ASSISTENTE SOCIAL	27
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	76
BACHAREL EM CIENCIAS POLITICAS	1
BACHAREL EM DIREITO	124
BACHAREL EM FILOSOFIA	19
BACHAREL EM HISTORIA	1
BACHAREL EM LETRAS	10
BACHAREL EM LINGUAS	5
BACHAREL EM PEDAGOGIA	34
BACHAREL EM RELACOES INTERNACIONAIS	1
BANQUEIRO	17
BIOLOGO	2
BIOQUIMICO	1
CONTADOR	17
DENTISTA	6
DIPLOMATA	64
ECONOMISTA	991
ENFERMEIRO	1
ENGENHEIRO DE ALIMENTOS	1
ENGENHEIRO AGRONOMO	143
ENGENHEIRO CIVIL	235
ENGENHEIRO ELETRICISTA	11
ENGENHEIRO ELETRONICO	4
ENGENHEIRO FLORESTAL	4
ENGENHEIRO INDUSTRIAL	9
ENGENHEIRO MECANICO	12
ENGENHEIRO NAVAL	2
ENGENHEIRO DE PESCA	1
ENGENHEIRO QUIMICO	12
ESTATISTICO	15
FARMACEUTICO	1
FISICO	1
GEOGRAFO	25
GEOLOGO	9
JORNALISTA	9
MATEMATICO	14
MEDICO	21
MILITAR (OFICIAL)	19
NUTRICIONISTA	5
PSICOLOGO	1
QUIMICO INDUSTRIAL	14
SACERDOTE	1
SOCIOLOGO	84
TECNICO EM TURISMO	1
VETERINARIO	15

A distribuição, em especial dos técnicos treinados pelo Programa para diversas micro-regiões brasileiras, evidencia a preocupação do CEPAL/ILPES e do Governo Brasileiro em atender as regiões prioritárias no contexto do processo de desenvolvimento nacional e regional.

Assim, pode-se observar que 42,9% dos profissionais pertenciam à região Nordeste, que junto com a Norte, atingiram a 58,6% dos técnicos treinados.

**CURSOS REALIZADOS NO BRASIL
PARTICIPANTES POR REGIÃO**

1956 A 1969

REGIÃO	% a/	% b/	PARTICIPANTES
			2.177
CENTRO-OESTE c/	31.8	30.2	698
NORDESTE	41.7	29.6	644
NORTE	18.7	10.8	232
SUDESTE	17.8	18.9	388
SUL	18.7	15.5	281
PARTICIPANTES DO EXTERIOR			27
ÁFRICA			1
AMÉRICA LATINA			26
TOTAL GERAL			2.204

Notas:

- a/ Excluídos técnicos do Governo Federal que atuam em âmbito nacional.
- b/ Incluídos técnicos do Governo Federal que atuam em âmbito nacional.
- c/ 586 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas em Brasília - Distrito Federal.
- d/ 90 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

CURSOS REALIZADOS NO BRASIL
PARTICIPANTES POR CURSO E REGIÃO

1966-1989

CURSOS	REGIÃO					TOTAL
	CENTRO OESTE	*/ NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
TREINAMENTO EM PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO	182	388	102	216	223	1111
PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	101	40	8	60	6	216
PLANEJAMENTO GLOBAI (ESPECIALIDADE)	7	-	2	-	3	6
PLANEJAMENTO SOCIAL	81	4	3	1	-	89
PLANEJAMENTO REGIONAL	179	131	69	22	39	391
PLANEJAMENTO AGRICOLA	48	7	1	-	3	52
PLANEJAMENTO INDUSTRIAL	5	9	2	32	6	54
PLANEJAMENTO DA HABITACAO	5	6	2	14	1	28
ELABORACAO E ANALISE DE PROJETOS	11	54	35	1	-	102
PLANEJAMENTO E ESTRATEGIA DO DESENVOLVIMENTO	11	-	-	1	-	13
COMERCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO	58	-	-	-	-	58
POLITICAS DE COMERCIO EXTERIOR	11	2	5	5	-	23
TECNOLOGIA E IMPACTO AMBIENTAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO	10	7	7	6	-	30
TOTAL	658	644	236	358	281	2177

*/ 588 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas em Brasília, Distrito Federal.

CURSOS REALIZADOS NO BRASIL
PARTICIPANTES POR TIPO DE CURSO

1956-1989

CURSOS	QUANTIDADE	PARTICIPANTES
TREINAMENTO EM PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO	26	1111
PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	8	216
PLANEJAMENTO GLOBAI (ESPECIALIDADE)	1	6
PLANEJAMENTO SOCIAL	3	89
PLANEJAMENTO REGIONAL	15	391
PLANEJAMENTO AGRICOLA	2	52
PLANEJAMENTO INDUSTRIAL	3	54
PLANEJAMENTO DA HABITACAO	1	28
ELABORACAO E ANALISE DE PROJETOS	3	102
PLANEJAMENTO E ESTRATEGIA DO DESENVOLVIMENTO	1	13
COMERCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO	1	58
POLITICAS DE COMERCIO EXTERIOR	1	23
TECNOLOGIA E IMPACTO AMBIENTAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO	1	30
SUBTOTAL	28	2177
PARTICIPANTES DO EXTERIOR		27
TOTAL GERAL		2204

Técnicos Brasileiros Treinados pela CEPAL e ILPES
em Santiago do Chile

No período 1952-1989, foram treinados pela CEPAL e pelo ILPES, em Santiago do Chile, sede das duas instituições, 211 profissionais brasileiros que frequentaram 16 cursos, incluindo várias especialidades.

TECNICO PROCESSIONS TREINADO PARA DESENVOLVIMENTO
EM SANTIAGO-CHILE/PARTICIPANTES POR CURSO

1952 A 1989

CURSO	PARTICIPANTES
PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	11
BASICO DE PLANEJAMENTO	71
ESPECIALIDADES	
PLANEJAMENTO GLOBAL	13
PLANEJAMENTO AGRICOLA	12
PLANEJAMENTO INDUSTRIAL	13
PROGRAMACAO ORCAMENTARIA	10
PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	5
PLANEJAMENTO DO SETOR PUBLICO	10
PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES	4
BASICO DE PLANEJAMENTO E POLITICA ECONOMICA	5
PLANEJAMENTO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	23
CENTRAL DE PLANEJAMENTO	16
MENORES	
PLANEJAMENTO GLOBAL E POLITICA ECONOMICA	7
PLANEJAMENTO REGIONAL	9
DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E POLITICAS PUBLICAS	26
ESPECIALIDADES	
PLANEJAMENTO GLOBAL	11
PLANEJAMENTO REGIONAL	13
PLANEJAMENTO SOCIAL	2
PLANEJAMENTO DE EDUCACAO	17
PLANEJAMENTO DE SAUDE	17
PLANEJAMENTO DE HABITACAO	2
PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	10
PLANEJAMENTO SOCIAL	1
TALLER SOBRE POLITICAS ATUAIS E ESTRATEGIAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMERICA LATINA	2
TALLER INTERAMERICANO DE CONSTRUCAO DE INDICES DE COMERCIO EXTERIOR	1
ADMINISTRACAO AMBIENTAL NO PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	1
SEMINARIO SOBRE POLITICAS DE COMERCIO EXTERIOR NA AMERICA LATINA	6
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO PARA DIRIGENTES SINDICAIS DA AMERICA LATINA	2

Curso de Planejamento do Desenvolvimento

O Curso de Planejamento do Desenvolvimento, precursor do programa de treinamento da CEPAL, teve sua materialização no período 1952-1960, fundamentado nos seguintes objetivos:

a. familiarizar os treinandos com as características básicas do processo de desenvolvimento e com as modernas técnicas de sua análise e interpretação;

b. fornecer aos participantes os instrumentos de análise econômica necessários à obtenção de uma visão global dos problemas da economia e do desenvolvimento latino-americano e das perspectivas de crescimento a longo prazo;

c. preparar os profissionais latino-americanos para colaborar na elaboração e análise de projetos de investimento e programas de desenvolvimento; e

d. oferecer aos treinandos conhecimento das técnicas de planejamento e dos instrumentos necessários à formulação e coordenação da política de desenvolvimento.

Ademais de estudar Estatística para o Planejamento, Contabilidade Social, Análise Econômica e Teoria do Desenvolvimento em sua primeira parte, aprofunda-se o conhecimento com as seguintes matérias: Elaboração e Análise de Projetos, Financiamento do Desenvolvimento, Teoria do

Planejamento, Serviços de Planejamento e Administração do Desenvolvimento - Planejamento do Desenvolvimento, envolvendo conhecimento de instrumentos de Política Econômica.

Participaram desse treinamento 11 profissionais brasileiros.

CURSO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
 TÉCNICOS BRASILEIROS TREINADOS PELA CEPAL E ILPEI
 EM SANTIAGO CHILEN PARTICIPANTES POR INSTITUIÇÃO

1952-1960

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	11
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	9
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	6
1.1. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	5
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMI-	
CO E SOCIAL-INVEST	1
1.2. UNIVERSIDADES	1
SANTA-CECÍLIA	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	3
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACÕES	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS SA-ELETRONBRAS	1
PETRÓLEO BRASILEIRO SA-PETROBRAS	2
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	2
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTIT.VINCULADAS	2
PARANÁ	1
RIO DE JANEIRO	1

RESUMO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	11
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	9
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	2

Curso Básico de Planejamento

Este curso constitui o núcleo central de treinamento em planejamento, com duração aproximada de quatro meses, oferecendo uma formação básica para possibilitar o ingresso dos técnicos em treinamento em estudos mais especializados sobre planejamento global e programação setorial: agrícola, industrial, setor público, orçamento, transportes, etc.

A parte de formação comum destina-se a proporcionar aos participantes um grau homogêneo de conhecimentos indispensáveis em matérias que têm relação direta com o planejamento econômico e social. Esses conhecimentos compreendem:

a) elementos teóricos de economia, sociologia, organização, administração e política econômica;

b) instrumentos metodológicos e práticos que permitam quantificar e analisar os fenômenos característicos do desenvolvimento de acordo com a realidade da América Latina; e

c) técnicas de planejamento a nível global, setorial e de projetos específicos.

Nessa primeira parte, estudam-se as seguintes matérias: Análise Econômica, Contabilidade Social, Desenvolvimento Econômico, Técnicas de Planejamento, Elaboração e Avaliação de

Projeto, Análise e Instrumentos de Política Econômica, Técnicas Orçamentárias e Organização e Administração.

Ademais das matérias citadas, são oferecidos cursos rápidos sobre Demografia, Aspectos Sociais do Desenvolvimento, Recursos Humanos e Naturais, além de outros.

A segunda parte é composta pelos cursos especializados, destinados a treinar os participantes, de acordo com suas opções, em: Planejamento Global, Agrícola, Industrial, Transportes, Setor Público, Orçamento e Planejamento de Recursos Humanos.

Participaram desse tipo de curso 71 técnicos brasileiros, assim distribuídos por especialidade:

Planejamento Global	- 13
Planejamento Agrícola	- 12
Planejamento Industrial	- 18
Programação Orçamentária	- 10
Planejamento dos Recursos Humanos	- 3
Planejamento do Setor Público	- 11
Planejamento de Transportes	- 4

Planejamento Global

Tem como objetivo formar um grupo de profissionais, altamente qualificado, que possa assumir a responsabilidade ou colaborar nas tarefas de elaborar um diagnóstico sobre os problemas de uma economia, realizar projeções macroeconômicas, determinar as metas setoriais, de forma coerente, e efetuar outras análises necessárias para definir um plano de desenvolvimento, com indicação de medidas de política econômica, bem como os requisitos administrativos e de organização necessários à execução dos planos.

Esta especialidade está composta de três grupos de matérias, a saber:

- a) Instrumentos de Planejamento;
- b) Planejamento; e
- c) Instrumentos de Política Econômica.

No grupo "Instrumentos de Planejamento", estudam-se temas relacionados com matemática aplicada, contabilidade econômica e modelos matemáticos.

O grupo "Planejamento" é composto das seguintes matérias: Análise Econômica Básica, Teoria do Planejamento, Planos de

Desenvolvimento, Sistemas de Planejamento e Análise Comparativa de Desenvolvimento de diversos países.

No grupo "Instrumentos de Política Econômica", trata-se de aprofundar o estudo de medidas destinadas a fomentar o desenvolvimento, especialmente as que convêm à política pública, em seus aspectos tributários, de incentivos, de alocação de recursos, de previdência social, etc.

Dedica-se especial atenção ao estudo dos problemas de política de curto prazo em função dos objetivos dos planos de médio e longo prazos.

Nesta especialidade têm relevância os aspectos metodológicos relativos ao uso de modelos econométricos, que objetivam analisar a eficiência relativa de diferentes instrumentos e medidas para alcançar determinadas metas, suas limitações e possibilidades práticas de aplicação.

Planejamento Agrícola

Esta especialidade tem como objetivo preparar técnicos para detectar e analisar os problemas que estão limitando o desenvolvimento do setor agropecuário e preparar programas integrados e o planejamento do setor para inserir no plano global de desenvolvimento econômico e social.

O especialista do setor deverá estar capacitado para elaborar um diagnóstico que lhe permita determinar, avaliar e conhecer a influência precisa de todos os fatores, elementos e problemas sobre o desenvolvimento agropecuário, tais como: recursos disponíveis e seu grau de utilização, os sistemas de propriedade da terra, problemas sócio-econômicos do empresário e o trabalhador agrícola, sistemas de cultivo, problemas técnicos e econômicos que afetam a agropecuária, problemas de comercialização agrícola, interna e internacional, e outros temas. O diagnóstico do setor deve permitir, também, a análise da oferta de produtos agropecuários e tendências dinâmicas.

O programador agrícola deve estar capacitado para estimar a demanda atual e futura, tanto interna como externa, de alimentos e matérias-primas de origem agropecuária, de forma que possa projetar as necessidades e prever possibilidades de sua satisfação através de mudanças que possam introduzir nos tipos de exploração, na substituição de importações e na diversificação e expansão das exportações.

Deverá conhecer e estar preparado para recomendar e coordenar a aplicação da tecnologia agrícola mais conveniente para alcançar as metas desejadas, bem como propor os instrumentos de política agropecuária que permitam a adoção dos programas e técnicas por parte dos produtores agrícolas.

Por outro lado, o especialista deverá estar capacitado para elaborar e avaliar projetos específicos do setor agrícola, assim como efetivar sua integração nos programas de desenvolvimento do setor e na economia do país.

As matérias que compreende a especialidade são as seguintes: Economia Agrícola, Administração Rural, Estatística Agrícola, Desenvolvimento Agrícola, Economia da Terra e Reforma Agrária, Comercialização Agrícola, Instrumentos de Política Agrária, Planejamento Agropecuário e Programação Linear.

Planejamento Industrial

A especialidade tem como objetivo preparar profissionais nas técnicas de análise e planejamento do desenvolvimento da indústria.

Tanto a análise como o planejamento, que se situam dentro do marco do desenvolvimento econômico, são tratados sob bases teóricas e práticas, com ênfase em situações e características latino-americanas. A análise e o planejamento são colocados em seus diversos níveis e graus de extensão. Vão desde o setor em seu conjunto até a empresa e o projeto específico, abrangendo os âmbitos regional, nacional e internacional.

Dentre os problemas característicos que se abordam, merecem destaque os seguintes:

- a) Magnitude e orientação do processo de industrialização;
- b) Efeitos do desenvolvimento industrial sobre a economia, como a influência sobre outros setores, a balança de pagamentos, o emprego, etc;
- c) Fixação de pautas para a substituição de importações e para a expansão e diversificação das exportações;
- d) Preparação e avaliação de projetos industriais que integram os programas de desenvolvimento; e

e) Formulação de uma política de fomento e promoção industrial, etc.

Na parte central desta especialidade são contempladas as seguintes matérias: Teoria do Desenvolvimento Industrial, Análise Industrial, Programação do Desenvolvimento Industrial (considerando demanda, produção, recursos reais e financeiros e política industrial), Promoção e Fomento Industrial, e Organização para Formulação e Execução de Programas.

Trata-se, fundamentalmente, de entrosar em um esquema teórico e prático os aspectos econômicos e tecnológicos relativos a' indústria manufatureira que importam para sua análise e para o planejamento de seu desenvolvimento, incluindo a política industrial e os problemas de organização.

Ademais, estudam-se os seguintes temas: Economia da Empresa Industrial, Programação Linear, Indústrias Específicas (papel e celulose, siderúrgica, química, automotriz e outras) e Projetos Industriais.

Programação Orçamentária

Esta especialidade destina-se a capacitar técnicos no planejamento de orçamentos públicos, de acordo com as diretrizes dos planos de desenvolvimento e dos investimentos do Setor Público.

Os egressos deverão estar capacitados para colaborar na organização administrativa mais adequada ao funcionamento dos mecanismos orçamentários e suas conexões com o sistema de planejamento, objetivando o uso do orçamento público como um instrumento para a formulação e execução dos planos de desenvolvimento.

Nesta especialidade incluem-se as seguintes matérias: Teoria do Orçamento-Programa, Classificação das Transações do Governo, Diagnóstico e Projeção das Transações do Governo, Técnica do Orçamento por programa e atividades, e Procedimentos Orçamentários.

Planejamento de Recursos Humanos

Esta especialidade tem como meta preparar profissionais para analisar e programar as formas de participação dos recursos humanos no processo de desenvolvimento, do ponto de vista dos beneficiários e dos fatores de produção.

Merecem destaque os estudos sobre determinação de metas de emprego; formas de utilização da força de trabalho desempregada ou subempregada; constatação de combinações "ótimas" de trabalho e capital; análise das relações industriais e do trabalho; e as repercussões das diversas medidas de política que influem sobre a eficácia e o aproveitamento dos recursos humanos.

Dedica-se especial atenção às técnicas para estimar a demanda e a oferta de recursos humanos com diferentes graus de qualificação e para quantificar os excedentes ou deficiências futuras; ao estabelecimento de metas e à programação de diferentes formas, sistemas ou métodos para desenvolver as capacidades humanas.

As matérias contempladas na especialidade são as seguintes: Análise dos Recursos Humanos; Metodologia para o Planejamento dos Recursos Humanos, e Organização e Execução de Planos de Recursos Humanos.

Planejamento do Setor Público

Em um plano global de desenvolvimento, uma parte importante das atividades inerentes ao cumprimento das metas deve ser executada pelo Setor Público, especialmente em áreas estratégicas para toda a economia, como os serviços sociais e a criação de capital social básico.

Ademais de conhecer os critérios privados de avaliação dessas atividades, de maximização de benefícios, deve-se ter presente critérios sociais, objetivando maximizar a eficiência ou o rendimento a menor custo.

Os planejadores do Setor Público devem programar a composição de insumos, técnicas de produção e estabelecer uma organização que garanta a máxima eficiência e eficácia da atividade pública.

Especial atenção concede-se aos critérios de alocação de recursos em serviços de educação, habitação e saneamento rural e urbano.

As matérias principais que formam a especialidade são: Planejamento do Setor Público, Orçamento, Planejamento da Educação, Planejamento da Saúde, Programação da Habitação e Projetos de Investimento Público.

Planejamento dos Transportes

Esta especialidade tem como objetivo preparar técnicos para analisar e programar, em seu conjunto, todos os serviços de transporte, de acordo com um plano global de desenvolvimento.

Para tanto, transmite conhecimentos especializados fundamentais para abordar os problemas de coordenação e integração dos diversos sistemas de transporte, de forma planejada, de acordo com as necessidades de transporte emanadas do plano de desenvolvimento de uma economia.

Na elaboração dos planos de transporte, tomam-se especialmente em conta os problemas de curto e longo prazos e os aspectos competitivos e complementares que venham a existir entre as diversas modalidades de transporte.

Ademais, dedica-se atenção aos aspectos dinâmicos da expansão das diversas modalidades, tanto no que se refere a aspectos tecnológicos, como a exigências derivadas do aproveitamento de recursos específicos ou do desenvolvimento de determinadas regiões.

As técnicas de planejamento do setor transporte são utilizadas até traduzir-se na formulação de projetos específicos no plano global de desenvolvimento. São tratados, especialmente, problemas de ordem financeira, de organização, administração, políticas de tarifas e regulamentação dos serviços de transporte.

Essas especialidades são ministradas as seguintes matérias:
Diagnóstico de um Sistema de Transporte, Planejamento dos Transportes, Política e Administração dos Transportes, e Análise de Projetos Específicos do Setor de Transportes.

CURSO BASICO DE PLANEJAMENTO/TÉCNICOS BRASILEIROS
 TREINADOS PELA CEPAL E ILPEB EM SANTIAGO-CHILE
 PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICÖES

1961 A 1969

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	71
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	36
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	9
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO PLANEJAMENTO	1 1
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	3
BANCO DO BRASIL - BB	1
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES	2
1.3. UNIVERSIDADES	5
UNIVERSIDADE DE CAMPINAS - UNICAMP	1
MINAS GERAIS-UFMG	1
PARA-UFFP	1
RIO DE JANEIRO-URFJ	1
SAO PAULO-USP	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	20
2.1. ORGAOS CENTRAIS E INSTITUICÖES DE DESENVOLVIMENTO	17
SUPERINTENDENCIA DESENV.NORDESTE-SUDENE	17
2.2. BANCO DE DESENVOLVIMENTO	3
BANCO DA AMAZONIA-BASA	1
BANCO DO NORDESTE-BNE	2
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	7
3.1. MINISTERIOS	2
AGRICULTURA	1
TRANSPORTES	1
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACÖES	4
EMPRESA BRAS.PLANEJ.TRANSPORTES - BEIPOT	2
PETROLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS	1
INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE-IBC	1
3.3. CONFEDERACÖES E OUTRAS ENTIDADES	1
CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA - CNI	1

CURSO BASICO DE PLANEJAMENTO/TECNICOS BRASILEIROS
 TREINADOS PELA CEPAL E ILPEB EM SANTIAGO-CHILE
 PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1961 A 1969

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	35
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	35
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES	
VINCULADAS	33
BAHIA	3
CEARA	2
MATO GROSSO DO SUL	1
MINAS GERAIS	3
PARA	1
PARAIBA	1
PARANA	1
RIO GRANDE DO NORTE	3
RIO GRANDE DO SUL	15
SAO PAULO	2
SERGIPE	1
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	2
MINAS GERAIS	2

RESUMO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	71
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	36
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	35

ESPECIALIDADE	PARTICIPANTES
PLANEJAMENTO GLOBAL	13
PLANEJAMENTO AGRICOLA	12
PLANEJAMENTO INDUSTRIAL	18
PLANEJAMENTO DOCUMENTARIO	10
PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3
PLANEJAMENTO DO SETOR PUBLICO	11
PLANEJAMENTO DOS TRANSPORTES	4

Curso Básico de Planejamento e Política Económica

Este curso tem como objetivos básicos:

a) Transmitir aos treinandos conhecimentos para o uso de técnicas modernas de planejamento e instrumentos de política económica. Ao tempo em que trata de concentrar o ensino naquelas técnicas e métodos que melhor atendam às necessidades, características estruturais, disponibilidade de informações e capacidade de execução dos países da América Latina.

b) Complementar os conhecimentos de teoria económica e de economia aplicada através da análise dos aspectos mais relevantes do processo de desenvolvimento.

c) Exercitar, de forma intensiva, na identificação e seleção de problemas significativos, no seu diagnóstico e em suas soluções.

d) Considerar, operacionalmente, as interrelações do planejamento económico de médio e longo prazos com a política económica conjuntural e o envolvimento com outras áreas governamentais.

O curso está estruturado sobre a base de cinco módulos:

Módulo introdutório que contempla as seguintes matérias: Métodos Quantitativos para o Planejamento, Análise Econômica e Contabilidade Social.

Módulo sobre interpretação da realidade que está integrado das seguintes matérias: Desenvolvimento Econômico, Aspectos Sociais do Desenvolvimento e Relações Econômicas Internacionais.

Módulo sobre Planejamento e Política Econômica - Aspectos Globais que compreende o seguinte grupo de matérias: Planejamento Global, Planejamento Regional, Política Econômica e planejamento do Setor Público.

Após a realização desses três módulos, os participantes, de acordo com as suas opções, passam a participar, separadamente, de dois módulos: Planejamento Global e Planejamento do Emprego.

Menção Planejamento Global - neste módulo será acentuada a especialização em Planejamento Global, com destaque na dimensão temporal dos aspectos do planejamento e da política econômica. Ademais, são tratados aspectos do planejamento setorial, que constituem conhecimentos necessários para as tarefas de compatibilização global, bem como a seleção e avaliação de projetos.

Esta menção trata das seguintes matérias: Técnicas Avançadas de Planejamento, Planejamento Agrícola, Planejamento Industrial, Compatibilização de Curto Prazo e Pré-investimentos e Projetos.

Menção Planejamento do Emprego - neste módulo são tratados os problemas ocupacionais latino-americanos, as vinculações entre emprego e desenvolvimento e a inserção da política de emprego no marco do planejamento do desenvolvimento. Trata-se, também, de analisar algumas técnicas de mensuração e planejamento vinculadas à política de oferta.

São contempladas as seguintes matérias: Análise dos Mercados de Trabalho, Medição - Importância dos distintos instrumentos de medição, Técnicas de Planejamento do Emprego e Política de Emprego.

Participaram do programa 5 técnicos brasileiros.

CURSO BÁSICO DE PLANEJAMENTO E POLÍTICA ECONÔMICA
 TÉCNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
 PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUIÇÕES

1971-1972-1977

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	5
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	2
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	2
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	2
FAZENDA	1
PLANEJAMENTO	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	3
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	3
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUIÇÕES	
VINCULADAS	2
PERNAMBUCO	1
RIO GRANDE DO SUL	1
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	1
MINAS GERAIS	1
RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	5
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	2
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	3
TOTAL	5

Curso de Planejamento do Desenvolvimento Regional

O Curso tem como preocupação básica oferecer condições que permitam:

a) Fazer uma apresentação e revisão geral dos conhecimentos atuais sobre desenvolvimento e planejamento regional na América Latina e em outras partes do mundo;

b) Examinar a viabilidade e possibilidade de aplicação prática das teorias e métodos de planejamento regional na realidade latino-americana;

c) Preparar planejadores regionais e ensinar o uso de métodos específicos de análise econômica regional, bem como difundir o manejo de instrumentos de política econômica de uso freqüente no planejamento econômico regional.

O curso é composto de três blocos: um introdutório, um central e um sobre políticas.

O bloco introdutório tem como propósito nivelar e atualizar conhecimentos, dando uniformidade à terminologia a ser adotada.

Neste bloco, estudam-se as seguintes matérias: Métodos Quantitativos, Análise Econômica, Contabilidade Social, Desenvolvimento Econômico e Teoria do Planejamento.

O bloco central tem como objetivo discutir os aspectos teóricos, metodológicos, instrumentais e organizacionais do planejamento regional em escala nacional. Contempla as seguintes disciplinas: Teoria do Crescimento Regional, Teorias e Métodos de Planejamento Regional, Técnicas de Análise Regional e Administração e Financiamento de Planos Regionais.

O bloco sobre políticas tem o objetivo de destacar o problema central do planejamento regional - a organização do espaço econômico - através da apresentação e análise das principais políticas associadas a tal objetivo.

Neste bloco, tratam-se das seguintes matérias: Análise e Políticas de Organização do Espaço Urbano, Análise e Políticas de Organização do Emprego Rural, Análise e Políticas de Localização Industrial, Análise e Políticas de Transportes e Comunicações, Análise e Políticas de População, Análise e Políticas do Meio Ambiente e Programação Regional de Investimentos.

Participaram dos cursos realizados 23 profissionais brasileiros, de acordo com o quadro anexo.

CURSO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1970 A 1978

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	23
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	6
1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3
1.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENVOLVIMENTO	2
SUPERINTENDENCIA DESENV. NORDESTE-SUDESTE	2
1.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	1
BANCO DO NORDESTE - BNE	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	3
3.1. MINISTERIOS	2
AGRICULTURA	2
3.3. CONFEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	1
SERVICIO ESPECIAL DO COMERCIO - SEEC	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	17
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	17
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	16
BAHIA	4
CEARA	1
MARANHAO	2
MINAS GERAIS	2
PERNAMBUCO	2
RIO DE JANEIRO	1
SANTA CATARINA	1
SAO PAULO	3
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	1
BAHIA	1
RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	23
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	6
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	17

Curso Central de Planejamento

Este curso procura destacar o caráter integral do planejamento, sem prejuízo das particularidades que configuram os seus diferentes campos.

Evidencia-se a natureza estratégica do planejamento, dedicando especial atenção ao processo de definição dos estilos de desenvolvimento, bem como à seleção de alternativas de política. O processo de planejamento é analisado em uma dimensão temporal mais ampla a par do necessário ajuste entre estratégias de longo prazo e procedimentos de médio e curto prazos.

Dá-se especial ênfase ao desenvolvimento recente de metodologias, técnicas e instrumentos de planejamento, realizando, ademais, uma avaliação frente às condições mais prevalentes na América Latina.

O curso contempla duas menções: Planejamento Global e Política Económica e Planejamento Regional. Está estruturado com base em quatro módulos:

- a) Formação Comum;
- b) Especialização em Planejamento Global e Política Económica;
- c) Especialização em Planejamento Regional;

d) Formação comum Final.

O módulo Formação Comum compreende dois blocos: um introdutório e outro de planejamento e políticas globais.

O bloco introdutório contempla as seguintes matérias: Métodos Quantitativos, Contabilidade Social, Análise Económica (alocação de recursos e macroeconomia), Desenvolvimento Económico e Aspectos Sociais do Desenvolvimento.

O bloco de planejamento e políticas globais compreende duas matérias: Teoria do Planejamento e Teoria e Processos de Política Económica.

O módulo de especialização em Planejamento Global e Política Económica está estruturado com base em dois blocos: o primeiro compreende a matéria Técnicas e Modelos de Planejamento e a de Instrumentos de Política Económica; o segundo agrupa aqueles temas que vinculam o nível global de planejamento com os aspectos regionais e setoriais, contemplando: Desenvolvimento e Planejamento Regional e Planejamento Setorial.

O módulo de especialização em Planejamento Regional trata dos aspectos teóricos, metodológicos, instrumentais e de organização do planejamento regional a nível nacional, mediante as seguintes matérias: Teoria da Organização Espacial, Teoria do Crescimento Regional, Técnicas de Análise Regional e Teoria e Métodos de Planejamento Regional.

O módulo de Formação Continuada, destinado aos participantes das duas menções, trata dos seguintes temas: Programas Integrados de Desenvolvimento e Avaliação de Projetos, Planejamento e Políticas de Localização Industrial, Planejamento e Política Agrícola e Organização do Espaço Rural, Planejamento do Desenvolvimento Urbano e Estratégias de Desenvolvimento a Longo Prazo e Meio Ambiente.

Participaram desse tipo de curso 16 brasileiros, nas seguintes menções:

Planejamento Global e Política Econômica	- 7
Planejamento Regional	- 9

CURSO CENTRAL DE PLANEJAMENTO
TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1979 A 1982

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	16
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	8
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	3
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	3
PLANEJAMENTO	0
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1
2.1. ORGAO CENTRAL E INSTITUICOES DE	1
DESENVOLVIMENTO	1
SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	4
3.1. MINISTERIOS	1
INDUSTRIA E COMERCIO	1
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	3
CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S.A.-ELETROBRAS	1
EMPRESA BRAS. PLANEJ. DE TRANSPORTES-GEIPOT	2
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	8
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	8
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES	8
VINCULADAS	8
BAHIA	1
GOIAS	1
PARA	2
PARANA	1
FERNAMBUCO	1
PIAUDI	1
RIO GRANDE DO NORTE	1
RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	16
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	8
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	8
MENORES	
PLANEJAMENTO GLOBAL E POLITICA ECONOMICA	7
PLANEJAMENTO REGIONAL	9
TOTAL	16

Curso sobre Desenvolvimento, Planejamento e Políticas Públicas

Este curso está fundamentado em três orientações básicas:

a) Concepção do desenvolvimento como um processo histórico global, no qual interatuam aspectos econômicos, sociais e políticos.

b) Interpretação do processo de desenvolvimento a partir de um conjunto coerente de conhecimentos teóricos, que atendam aos traços comuns da dinâmica econômica, social e política dos países da América Latina.

c) Conciliação dos enfoques teórico e técnico dentro de uma visão pragmática dos problemas atuais e de suas alternativas de solução.

O curso tem sua estrutura fundamentada em quatro módulos: Marco Geral de Referência, América Latina e a crise dos 80, Problemas Estruturais e Estratégias do Desenvolvimento e Especialização em Planejamento Global e Planejamento Regional.

No módulo referente ao Marco Geral de Referência estudam-se as seguintes matérias: Elementos de Contas Nacionais, Elementos de Estatística, Macroeconomia para o Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Aspectos Sócio-Políticos do Desenvolvimento e Planejamento e Políticas Públicas na América Latina.

O módulo América Latina e a crise dos 80 contempla os seguintes temas: Mercado Externo e Ajuste Estrutural, Políticas de Ajuste e Estabilização, Políticas de Transformação e Crescimento e Dívida Externa.

O módulo Problemas Estruturais e Estratégias de Desenvolvimento compreende as seguintes matérias: Problemas e Políticas de Desenvolvimento Agrícola e Rural, Problemas e Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, Políticas Sociais na América Latina, Financiamento do Desenvolvimento, Programação de Investimentos e Avaliação dos Impactos Ambientais.

O módulo de Especialização contempla duas alternativas:

Planejamento Global que se orienta, por um lado, à análise, em profundidade, dos conceitos e técnicas de planejamento e, por outro, das políticas econômicas e sociais. Dedicar-se especial atenção à articulação da ação pública no curto, médio e longo prazos e entre os níveis global e setorial.

Nesta especialidade, são tratados os seguintes temas: Programação Macroeconômica, Estimação de Modelos, Programação do Setor Externo, Programação do Setor Público, Programação Monetário-Financeira, Programação Setorial, Programas de Estabilização de Preços e Salários e Emprego.

Planejamento Regional que se orienta para interpretar as manifestações do processo de desenvolvimento no espaço geográfico

de planejamento econômico, para desenvolver a formulação de políticas públicas que conduzam a uma maior equidade social e territorial dos benefícios do desenvolvimento..

Nesta especialidade são tratados os seguintes temas: Interpretação dos Processos de Desenvolvimento Regional, Técnicas de Análise Regional, Teoria e Prática do Desenvolvimento Regional, Tecnologia, Processos Produtivos e Desenvolvimento Regional e Descentralização Territorial.

Especialidade

Planejamento Social

Examinam-se os aspectos teóricos, metodológicos, instrumentais e de organização do planejamento social, entendido, por um lado, como uma dimensão que se encontra em qualquer problema ou ação, incluindo os usualmente considerados econômicos e, por outro, como um conglomerado de setores normalmente denominados "sociais". Especial atenção é colocada nas relações entre o econômico e o social e na importância que o emprego, a renda e o consumo têm sob vários ângulos.

Nesta especialidade incluem-se as seguintes matérias: Teoria e Política do Planejamento Social, Planejamento Social Regional, Métodos e Técnicas de Planejamento Social, Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Administração de Programas Sociais.

Participaram de especialidade dos técnicos brasileiros, de acordo com o quadro anexo.

Participaram do programa 26 técnicos brasileiros, distribuídos nas seguintes especialidades:

Planejamento Global - 11

Planejamento Regional - 13

Planejamento Social - 2

INSTITUTO TECNOLÓGICO DE CHILE, DIVISIÓN DE POLÍTICA PÚBLICA
 TÉCNICO EMANUELETTI TRINCONI EM SANTIAGO-CHILE
 PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICIONES

1984 A 1985

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (1411)	26
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	12
1.1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	9
1.1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	4
JUSTICA	1
PLANEJAMENTO	3
1.1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	3
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	3
ECONOMICO E SOCIAL-ENDES	0
1.1.3. UNIVERSIDADES	2
SAO PAULO - USP	1
SERGIPE - UFS	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICAOES EM DESENV.	3
SUPERINT.DC DESENV.DO NORDESTE - SUDENE	3
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	14
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	14
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICAOES	
VINCULADAS	14
ALAGOAS	1
MINAS GERAIS	1
PARA	1
PARANA	2
PIAUI	3
RIO DE JANEIRO	1
RIO GRANDE DO NORTE	1
RIO GRANDE DO SUL	1
RONDONIA	1
SAO PAULO	1
DISTRITO FEDERAL	1
RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	26
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	12
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	14
ESPECIALIDADES	
PLANEJAMENTO GLOBAL	11
PLANEJAMENTO REGIONAL	13
PLANEJAMENTO SOCIAL	2
TOTAL	26

Curso Especial de Planejamento da Educação

Este curso é realizado com a cooperação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e tem como objetivo fundamental capacitar profissionais que já tenham conhecimentos especializados em matéria de ensino, para que possam cooperar na formulação de planos de médio e longo prazos no Setor Educação, de forma integrada com o plano global de desenvolvimento.

Ademais do estudo de disciplinas próprias do setor, são oferecidos conhecimentos gerais sobre técnicas de planejamento do desenvolvimento, de elaboração e avaliação de projetos, planejamento do Setor Público e outros, a fim de que os participantes fiquem preparados para coordenar seus trabalhos com os realizados pelas equipes centrais e setoriais do planejamento econômico e social.

Participaram dos cursos realizados 17 profissionais brasileiros, de acordo com o quadro anexo.

CURSO DE PLANEJAMENTO DA EDUCACAO
TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1962 A 1967

INSTITUICOES	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	17
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	7
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	5
1.3. UNIVERSIDADES	5
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO-PUCC/RJ	2
UNIVERSIDADE DO MARANHAO-UFMA	1
UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA-UFSC	1
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO-USP	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2
2.1. ORGAOS CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENV.	2
SUPERINTEND. DO DESENV. DO NORDESTE-SUDENE	2
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	10
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	10
4.1. SECRET. DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	10
BAHIA	1
GOIAS	2
PERNAMBUCO	2
RIO DE JANEIRO	1
SAO PAULO	1
RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	17
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	7
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	10

Curso Especial de Planejamento de Saúde:

Este curso é realizado com a cooperação da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e tem como objetivo fundamental capacitar profissionais que já tenham conhecimentos especializados em matéria de saúde, para que possam cooperar na formulação de planos de médio e longo prazos do Setor Saúde, de forma integrada com o plano global de desenvolvimento.

Ademais do estudo de matérias próprias do setor, são oferecidos conhecimentos gerais sobre técnicas de planejamento do desenvolvimento, de elaboração e avaliação de projetos, planejamento do Setor Público e outros, a fim que os participantes fiquem preparados para coordenar seus trabalhos com os realizados pelas equipes centrais ou setoriais do planejamento econômico e social.

Participaram dos cursos realizados 17 profissionais brasileiros, de acordo com o quadro anexo.

CURSO ESPECIAL DE PLANEJAMENTO DE SAUDE
TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1962 A 1970

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	17
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	14
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	4
1.3. UNIVERSIDADES	4
BRASILIA - UnB	1
SAO PAULO - USP	3
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTIT. DE DESENVOLV.	2
SUPERINTEND. DESENV. DO NORDESTE-SUDENE	1
SUPERINTEND. DESENV. DA REGIAO SUL-SUDESU	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	8
3.1. MINISTERIOS	3
SAUDE	3
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	5
FUNDACAO SERVICO DE SAUDE PUBLICA - FSESP	5
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL (II)	3
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	3
4.1. SECRET. DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	3
RIO DE JANEIRO	2
RIO GRANDE DO NORTE	1

RESUMO	

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	17
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	14
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	3

Curso de Planejamento de Habitação

O Curso é destinado à discussão das fases do planejamento de Habitação, com o objetivo primordial de contribuir para melhorar as condições de habitação, de forma coordenada com o plano de desenvolvimento.

Confere especial importância à análise dos aspectos técnicos e de pesquisa, que permitam definir a situação real de habitação, e estimar os déficits atuais e a demanda futura, fixar normas, etc..., como também considerar os aspectos financeiros e administrativos de um plano de habitação.

Participaram do curso dois profissionais brasileiros, de acordo com o quadro anexo.

CURSO DE PLANEJAMENTO DE HABITACAO
TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1966

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	2
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	2
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	1
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO PLANEJAMENTO	1 1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENV. SUPERINTEND.DC DESENV.DO NORDESTE-SUDENE	1 1

RESUMO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	2
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	2
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	-

Curso de Planejamento de Recursos Humanos

O Curso tem como objetivo capacitar técnicos para analisar e programar as formas de participação dos recursos humanos no processo de desenvolvimento, do ponto de vista dos beneficiários e dos fatores de produção.

Estudam-se técnicas para estimar a demanda e a oferta de recursos humanos com diferentes graus de qualificação e para quantificar os excedentes ou deficiências que se apresentarão no futuro, bem como para estabelecer metas e programar as diferentes formas, sistemas ou métodos de desenvolver as capacidades humanas.

Ademais das matérias destinadas a dar uma formação comum de conhecimentos básicos e a dar uniformidade de linguagem, estudam-se: Análise dos Recursos Humanos, Metodologia para o Planejamento dos Recursos Humanos e Organização e Execução de Planos de Recursos Humanos.

Participaram dos cursos realizados 10 profissionais brasileiros, de acordo com o quadro anexo.

CURSO DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1968 E 1970

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	10
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	7
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	2
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	1
PLANEJAMENTO	1
1.3. UNIVERSIDADES	1
BAHIA - UFBA	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENV.	3
SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	1
MINTER	1
SUPERINTEND. DESENV. DO NORDESTE - SUDENE	1
SUPERINTEND. DESENV. DA REGIAO SUL-SUBESUL	1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	2
3.3. CONFEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	2
SERVICO NAC. APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI	1
SERVICO NAC. APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	3
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	3
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTIT. VINCULADAS	3
MINAS GERAIS	1
PARAIBA	1
PARANA	1
RIO GRANDE DO SUL	1

RESUMO	

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	10
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	7
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	3

Curso de Planejamento Social

O Curso tem como objetivo examinar a possível aplicação prática das teorias e métodos de planejamento social à realidade latino-americana, tratando seus problemas como uma dimensão do esforço nacional pelo desenvolvimento.

Ademais de um bloco introdutório, voltado para oferecer conhecimentos básicos com o objetivo de harmonizar e atualizá-los, além de procurar obter uma uniformidade de linguagem, contempla um bloco específico, no qual são estudadas as seguintes matérias: Teoria do Planejamento, Teoria e Política de Planejamento Social, Planejamento Social Regional, Métodos e Técnicas de Planejamento Social, Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Administração de Programas Sociais.

Participou deste curso um profissional brasileiro, de acordo com o quadro anexo.

CURSO DE PLANEJAMENTO SOCIAL
 TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
 PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1981

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	1
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	-
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	-
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	-
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	1
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	1
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INST.VINCULADAS	1
RIO GRANDE DO NORTE	1

Curso-taller sobre Problemas Atuais e Estratégias de Desenvolvimento na América Latina

Este curso-taller tem como objetivos:

a) Revisar a discussão teórica e técnica sobre crescimento e desenvolvimento e analisá-la á luz das experiências recentes de política econômica, bem como dos problemas e das perspectivas da América Latina.

b) Contribuir para a realização de uma análise sistemática das alternativas que se oferecem aos países latino-americanos para vencer a crise, considerando sua viabilidade econômica e política.

Participaram do curso dois técnicos brasileiros, de acordo com o quadro anexo.

CURSO-TALLER SOBRE PROBLEMAS ATUAIS E ESTRATEGIAS DE DESENVOLVIMENTO
 NA AMERICA LATINA/TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
 PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1980

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	2
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	2
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	2
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	1
PLANEJAMENTO	1
1.3. UNIVERSIDADES	1
MINAS GERAIS-UFMG	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	-
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	-
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	-

Curso-Workshop Interamericano de Construção de Índices do Comércio Exterior

Este Curso, realizado com a colaboração da Organização dos Estados Americanos (OEA), através do Centro Interamericano de Ensino de Estatísticas (CIENES), tem como objetivo preparar técnicos especializados em estatísticas económicas na elaboração e uso de Índices de Comércio Exterior, para atender necessidades do setor externo na América Latina.

Participou do curso um técnico brasileiro, de acordo com o quadro anexo.

CURSO-TALLER INTERAMERICANO DE CONSTRUCAO DE INDICES DO COMERCIO
 EXTERIOR/TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
 PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICDES

1985

INSTITUICAE	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	1
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	-
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	-
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	-
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	1
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	1
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTIT.VINCULADAS	1
PARANA	1

Curso sobre Administração Ambiental no
Planejamento do Desenvolvimento

O Curso conta com a colaboração do Programa das Nações para o Meio Ambiente (PNUMA) e tem como objetivos principais:

a) Obter uma visão geral das relações existentes entre o processo de desenvolvimento e o meio ambiente.

b) Adquirir uma concepção clara do que seja o trabalho interdisciplinar e de como este deva articular-se e desenvolver-se para que seja eficaz e eficiente.

c) Estudar o planejamento do desenvolvimento e o programa de investimentos, tendo presente a dimensão ambiental.

d) Analisar aspectos de administração ambiental dentro do processo de planejamento do desenvolvimento.

Participou do curso um técnico brasileiro, de acordo com o quadro anexo.

CURSO SOBRE ADMINISTRACAO AMBIENTAL NO PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
 TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
 PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICAOES

1986

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	1
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	1
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	1
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	1
PLANEJAMENTO	1
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	-
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	-
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	-

Curso-Seminário sobre Políticas de Comércio Exterior
na América Latina

O Curso tem como objetivo apresentar um quadro geral e atualizado dos principais fatos e tendências da situação econômica mundial e das áreas de comércio internacional, investimento estrangeiro e financiamento externo.

Analisam-se as políticas e instrumentos do setor externo na América Latina. Discutem-se políticas de exportações e importações, financiamento e promoção comercial, exportações de serviços, forma de lidar com as "tradings" e o financiamento externo latino-americano.

Os principais temas do curso são: Conjuntura Econômica Mundial, Dívida, Ajuste e Financiamento Externo, Comércio Exterior Latino-Americano, Cooperação e Integração.

Participaram do curso cinco profissionais brasileiros, de acordo com o quadro anexo.

LUPES-SEMINARIO SOBRE POLITICAS DE COMERCIO EXTERIOR NA
 AMERICA LATINA/TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
 PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1984

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	6
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	5
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	4
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO PLANEJAMENTO	2 2
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO BANCO DO BRASIL-BF	1 1
1.3. UNIVERSIDADES RIO GRANDE DO SUL-UFRES	1 1
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	1
3.1. MINISTERIOS COMUNIDADES	1 1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	1
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	1
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTIT.VINCULADAS RIO GRANDE DO SUL	1 1

RESUMO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	6
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	5
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	1

**Curso de Desenvolvimento e Planejamento para
Dirigentes Sindicais da América Latina**

Este Curso fundamenta-se no objetivo de oferecer aos dirigentes sindicais da América Latina conhecimentos gerais sobre Desenvolvimento e Planejamento na América Latina.

Participaram do curso dois dirigentes sindicais brasileiros, de acordo com o quadro anexo.

CURSO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO PARA DIRIGENTES SINDICAIS DA
AMERICA LATINA/TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
PARTICIPANTES SEGUNDO AS INSTITUICOES

1966

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (1+11)	2
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	1
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	-
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	1
3.3. CONFEDERACOES E OUTROS ENTIDADES	1
CONFED. NAC. TRABALHADORES DA INDUSTRIA-CNTI	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	1
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	1
4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	1
FED. TRABALHADORES INDUSTRIAS EXTRATIVAS DE MINAS GERAIS	1

Do programa de treinamento realizado pelo CEFOP e pelo ILPES, em Santiago do Chile, no período 1982-1987, participaram 211 técnicos brasileiros.

No universo dos 211 técnicos brasileiros, 112 pertenciam ao Sistema de Planejamento Estadual, portanto todos integrantes do Sistema Nacional de Planejamento.

Dos 112 técnicos do Sistema de Planejamento Federal, 48 integravam o subsistema Desenvolvimento Nacional, 35 o subsistema Desenvolvimento Regional e 29 o Desenvolvimento Setorial.

Do Sistema de Planejamento Estadual, participaram 99 técnicos, todos inseridos no subsistema Desenvolvimento Estadual, dadas as particularidades do Planejamento Estadual no Brasil.

TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO - CNITE
PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1952 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (1411)	211
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	112
1.1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	48
1.1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	16
FAZENDA	1
JUSTICA	1
PLANEJAMENTO	14
1.1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	12
BANCO DO BRASIL-BB	2
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES	10
1.1.3. UNIVERSIDADES	20
BANIA-UFBA	2
BRASILIA-UBR	1
CAMPINAS-UNICAMP	1
KARANHAC-UFMA	1
MINAS GERAIS-UFMG	2
PARA-UFFPA	1
RIO GRANDE DO SUL-UFRGS	1
RIO DE JANEIRO-URJ	1
SANTA CATARINA-UFSC	1
SAO PAULO-USP	2
SERGIPE-UFSE	1
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO-PUC/RJ	2
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	35
2.1. ORGaos CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENVOLVIMENTO	31
SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	2
SUPERINTENDENCIA DESENV. NORDESTE-SUDENE	27
SUPERINTENDENCIA DESENV. REGIAO SUL-SUDESUL	2
2.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	4
BANCO DA AMAZONIA-BASA	1
BANCO DO NORDESTE-BNE	3
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	29
3.1. MINISTERIOS	9
AGRICULTURA	3
COMUNICACOES	1
INDUSTRIA E COMERCIO	1
SAUDE	2
TRANSPORTES	1

TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO - CHILE
PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1952 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (1411)	
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	15
CENTROS ELETRICAS BRAS. S.A.-ELETTOPRAS	2
EMPRESA BRAS. PLANED. DE TRANSPORTES-SECTOP	4
PETROBRAS S.A.-PETROBRAS	3
INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE-IBO	1
FUNDACAO SERVICO DE SAUDE PUBLICA-FEESP	5
3.3. CONFEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	5
CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA-CNI	1
CONFED. NAC. TRABALHADORES NAS IND.-CNTI	1
SERVICO NAC. APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC	1
SERVICO NAC. APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI	1
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO-SESC	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	99
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES VINCULADAS	94
ALAGOAS	1
BAHIA	9
CEARA	3
GOIAS	6
MARANHAO	2
MATO GROSSO DO SUL	1
MINAS GERAIS	7
PARA	4
PARAIBA	1
PARANA	7
PERNAMBUCO	6
PIAU	4
RIO DE JANEIRO	6
RIO GRANDE DO NORTE	7
RIO GRANDE DO SUL	19
RONDONIA	1
SANTA CATARINA	1
SAO PAULO	7
SERGIPE	1
DISTRITO FEDERAL	1

TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO - CHILE
PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1952 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	4
BARRIA	1
MINAS GERAIS	3
4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	1
FED. TRABALHADORES INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS	1
RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	211
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	112
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	99
TOTAL	211

A participação de técnicos brasileiros, segundo a origem universitária, coloca em evidência a presença dos economistas com 50,25% e dos engenheiros com 10,40%.

TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
PARTICIPANTES POR PROFISSAO

1952 A 1967

PROFISSAO	PARTICIPANTES
	211
ARQUITETO	1
ASSISTENTE SOCIAL	1
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	1
BACHAREL EM DIREITO	1
BACHAREL EM FILOSOFIA	1
BACHAREL EM LETRAS	1
BACHAREL EM PEDAGOGIA	14
ECONOMISTA	10
ENFERMEIRO	1
ENGENHEIRO AGRONOMO	3
ENGENHEIRO CIVIL	22
ENGENHEIRO MECANICO	1
GEOGRAFO	2
GEOLOGO	1
JORNALISTA	1
MEDICO	10
OPERARIO INDUSTRIAL	2
SOCIOLOGO	11

A distribuição regional dos técnicos brasileiros treinados em Santiago de Chile evidencia, mais uma vez, a preocupação de CEPAL, do ILPES e do Governo Brasileiro em atender as regiões prioritárias dentro do processo de desenvolvimento nacional e regional.

Merece registro a participação da região Nordeste com 45,5%, que juntamente com a Norte, atingiram a 50,0% dos técnicos treinados.

TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS EM SANTIAGO-CHILE
PARTICIPANTES POR REGIAO

1950-1989

REGIAO	% a)	% b)	PARTICIPANTES
			211
CENTRO-OESTE c/	11,0	21,8	46
NORDESTE	40,1	32,7	69
NORTE	7,1	3,3	7
SUDESTE d/	27	26,5	56
SUL	21,7	15,7	33

Notas:

- a/ Excluidos técnicos do Governo Federal que atuam em âmbito nacional.
- b/ Incluídos técnicos do Governo Federal que atuam em âmbito nacional.
- c/ 44 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Distrito Federal.
- d/ 15 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Rio de Janeiro.

Programa de Treinamento no Brasil e em Santiago do Chile

Considerando o total de técnicos treinados pela CEPAL e pelo ILPES, no Brasil e em Santiago do Chile, no período 1952-1989, o número de beneficiados com programa de treinamento atinge a 2.388 profissionais, sendo 2.372 integrantes do Sistema de Planejamento Nacional.

Dos 2.372 técnicos, 1.319 pertenciam ao Sistema de Planejamento Federal e 1.053 ao Sistema de Planejamento Estadual.

Os 1.319 técnicos do Sistema de Planejamento Federal estavam distribuídos, segundo os subsistemas, da seguinte forma: 545 no Desenvolvimento Nacional, 428 no Desenvolvimento Regional e 346 no Desenvolvimento Setorial.

O Sistema de Planejamento Estadual foi contemplado com o treinamento de 1.053 técnicos. Todos, dadas as particularidades do Planejamento Estadual no Brasil, integrantes do subsistema Desenvolvimento Estadual.

Dentro da visão sistêmica concebida para o trabalho, incluiu-se, no âmbito federal, a presença das Confederações Nacionais do Comércio e da Indústria (CNC e CNI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e da

Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB), num total de 13 técnicos treinados.

No âmbito estadual foram inseridas as diversas Federações do Comércio e da Indústria, Associações Comerciais e outras entidades, num total de 17 técnicos treinados.

Merece registro, ainda, o atendimento ao Congresso Nacional e a 14 empresas privadas.

NUMERO DE PARTICIPANTES EM ENCONTROS FOMENTO FOMENTO FEDERAL E FOMENTO ESTADUAL
 FOMENTO FEDERAL PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1988 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (1+11)	2.372
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	1.319
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	545
1.1. MINISTERIOS E SECRETARIAS DE ESTADO	201
FAZENDA	18
JUSTICA	4
MARINHA	2
PLANEJAMENTO	25
PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL	14
RELAÇÕES EXTERIORES	67
TRABALHO	5
1.2. BANCO CENTRAL E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	130
BANCO CENTRAL DO BRASIL-BACEN	10
BANCO DO BRASIL-BB	62
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES	39
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF	18
1.3. UNIVERSIDADES	191
AMAZONAS-UNA	11
BAHIA-UFBA	11
BRASILIA-UBR	5
CAMPINAS-UNICAMP	12
CEARA-UFC	5
ESPIRITO SANTO-UFES	21
FLUMINENSE-UFF	1
MARANHAO-UFMA	2
MINAS GERAIS-UFMG	8
PARA-UFFP	10
PARAIBA-UFFB	3
PARANA-UFFR	11
PERNAMBUCO-UFFPE	1
PIAUÍ-UFFPI	1
RIO GRANDE DO NORTE-UFRN	3
RIO GRANDE DO SUL-UFRS	10
RIO DE JANEIRO-URJ	8
SANTA CATARINA-UFSC	5
SAO PAULO-USP	19
ESTADO DE SAO PAULO-UNESP	8
SERGIPE-UFSE	8
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO-PUC/RJ	2
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO GRANDE DO SUL-PUC/RS	3
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SAO PAULO-PUC/SP	7
UNIVERSIDADE WACKENZIE-SAO PAULO	2

TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS PELA CEPAL E IUPER NO BRASIL
 E NO CHILE, PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1952 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	
1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL	
1.4. CONSELHOS, AUTARQUIAS, FUNDACOES E OUTRAS ENTIDADES	
CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA-CNE	23
FUNDACAO GETULIO VARGAS-FGV	3
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA	11
INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL-IAA	3
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL-IBAM	5
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
2.1. ORGAOS CENTRAIS E INSTITUICOES DE DESENVOLVIMENTO	
SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DO INTERIOR	38
SUPERINTENDENCIA DESENV. AMAZONIA-SUDAM	51
SUPERINT. DESENV. REGIAO CENTRO-OESTE-SUDECO	21
SUPERINTENDENCIA DESENV. NORDESTE-SUDENE	155
SUPERINTENDENCIA DESENV. REGIAO SUL-SUDESUL	15
SUPERINT. ZONA FRANCA DE MANAUS-SUFRAMA	3
CIA DESENV. VALE DO SAO FRANCISCO-COFEVASF	7
DEPTO. NACIONAL OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCSE	5
2.2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	
BANCO DA AMAZONIA-BASA	31
BANCO DO NORDESTE-BNE	55
BANCO DE DESENVOLVIMENTO EXTREMO SUL-BRDE	12
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	
3.1. MINISTERIOS	
AGRICULTURA	95
COMUNICACAO	3
EDUCACAO	38
INDUSTRIA E COMERCIO	9
MINAS E ENERGIA	6
SAUDE	31
TRANSPORTES	12
3.2. AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	
CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S.A.-ELETROBRAS	9
CIA BRASILEIRA DE ARMAZEN.-CIBRAZEM	3
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE-CVRI	7
EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT	2
EMPRESA BRAS. DE PESQUISA AGROPEC.-EMBRAPA	5

TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS PELA CEPAL E ILYES NO BRASIL
 EM CHILE, PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1952 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
I. SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	
3. DESENVOLVIMENTO SETORIAL	
3.2. AUTOMODIAS, EMPRESAS E FUNDACOES	
EMPR. SA BRAS. PLANED. DE TRANSPORTES-SEIPOT	12
EMPR. SA DE PORTOS DO BRASIL S.A.-PORTOBRAS	1
FEN. OLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS	12
REMA FERROVIARIA FEDERAL S.A.-RFFSA	1
SIDERURGA BRASILEIRA S.A.-SIDERBRAS	1
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS	1
INSTITUTO NACIONAL COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA-INCRA	20
INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA-ITA	1
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL-IAA	1
INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE-IBO	10
DEPTO. NACIONAL DE OBRAS DE SAANEAMENTO-DNOS	1
DEPTO. NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER	12
FUNDACAO SERVICO DE SAUDE PUBLICA-FSESP	10
SUPERINT. NACIONAL DE ABASTECIMENTO-SUNAE	1
3.3. CONFEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	
CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO-CNC	1
CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA-CNI	4
CONFED. NAC. TRABALHADORES NAS IND.-CONTI	1
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO-SESC	4
ASSOCIACAO BRAS. PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDUSTRIAS DE BASE-ABDIB	1
SERVICO NAC. APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC	1
SERVICO NAC. APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI	1
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICOES	
VINCULADAS	914
ALAGOAS	28
AMAZONAS	50
BAHIA	60
CEARA	59
ESPIRITO SANTO	20
GOIAS	28
MARANHAO	54
MATO GROSSO	13
MATO GROSSO DO SUL	1
MINAS GERAIS	45
PARA	53
PARAIBA	22
PARANA	104

TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS PELA OEAAL E UFPEE NO BRASIL
E NO CHILE, PARTICIPANTES POR INSTITUICAO

1952 A 1989

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (I+II)	
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.1. SECRETARIAS DE ESTADO E INSTITUICAOES	
VINCULADAS	
PERNAMBUCO	41
PIAUÍ	20
RIO GRANDE DO NORTE	22
RIO GRANDE DO SUL	96
RIO DE JANEIRO	30
RONDONIA	1
SANTA CATARINA	32
SÃO PAULO	59
SERGIPE	22
DISTRITO FEDERAL	11
4.2. SECRETARIAS DE GOVERNO DOS TERRITORIOS	
AMAPA	7
RORAIMA	5
4.3. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	
AMAZONAS	7
BAHIA	11
CEARA	9
ESPIRITO SANTO	4
MARANHAO	5
MINAS GERAIS	20
PARA	4
PARAIBA	6
PARANA	2
PERNAMBUCO	5
PIAUÍ	3
RIO GRANDE DO NORTE	1
RIO GRANDE DO SUL	2
SANTA CATARINA	10
SÃO PAULO	1
SERGIPE	3
4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	
FEDERACAO DO COMERCIO DE SÃO PAULO	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE ALAGOAS	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DA BAHIA	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESPIRITO SANTO	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE MINAS GERAIS	2
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE SANTA CATARINA	1
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE SERGIPE	2
ASSOCIACAO COMERCIAL DO MARANHAO	1

THE 1952-1953 TRAINING COURSE FOR THE FEDERAL GOVERNMENT
 AND STATE PARTICIPANTS FOR INSTITUTIONS

1952 A 1953

INSTITUICAO	PARTICIPANTES
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL (1411)	
II. SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	
4. DESENVOLVIMENTO ESTADUAL	
4.4. FEDERACOES E OUTRAS ENTIDADES	
ASSOCIACAO COMERCIAL DE SAO PAULO	1
ASSOCIACAO COMERCIAL DE RORAIMA	1
ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E PECUARISTAS DO PARANA	1
ASSOCIACAO MINEIRA DE ENGENHARIA	1
SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE FICADO E TECELASEM DE SAO PAULO	1
UNIAO MINEIRA DE ASSISTENCIA AO PEQUENO ORGANIZACAO	1
FED. TRABALHADORES IND. EXTRATIVAS DE MINAS GERAIS-FITOMI	1
CONGRESSO NACIONAL	
SENADO FEDERAL	2
EMPRESAS PRIVADAS	14
RESUMO	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO NACIONAL	2.372
SISTEMA DE PLANEJAMENTO FEDERAL	1.319
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	1.053
CONGRESSO NACIONAL	2
EMPRESAS PRIVADAS	14
TOTAL	2.388
PARTICIPANTES DO EXTERIOR */	
AFRICA	1
AMERICA LATINA	26
TOTAL GERAL	2.415

*/ Em cursos realizados no Brasil.

Sob o âncora de origem universitária dos profissionais treinados, merece destaque o treinamento de 45,9% de economistas, 19,3% de engenheiros e 0,7% de bacharéis em Direito, devendo-se registrar que os cursos propiciaram a muitos a possibilidade de aprofundar os seus estudos em economia, transformando-se, na realidade, em profissionais do desenvolvimento. Cabe evidenciar, com satisfação, a ascensão de significativa quantidade de profissionais a postos de elevada importância, como: Secretários de Estado, a nível dos Estados Federados; Presidentes e Diretores de autarquias, fundações e empresas, a nível federal, estadual e municipal; Superintendentes, Diretores e Chefes de Departamento de instituições de desenvolvimento regional e de Bancos de Desenvolvimento; Secretários-Gerais e, inclusive, Ministros de Estados, em caráter efetivo ou interino. Por outro lado, muitos galgaram posições de destaque no âmbito dos organismos internacionais, alguns assumindo postos de direção, a exemplo do ocorrido na CEPAL, ILPES, OPAS, BID, Banco Mundial, OIT, FAO, UNICEF, UNESCO, ALADI e outros.

TECNICOS E PROFISORAS DE INGENHARIA, LICENCIADOS E TECNICO
 NO ENFERMEIRO, ODONTOLOGIA, PARTICIPANTES POR PROFISSAO

1960 A 1989

PROFISSAO	PARTICIPANTE
	2.388
ANTROPOLOGO	1
ARQUITETO	43
ASSISTENTE SOCIAL	25
BACHAREL EM ADMINISTRACAO	24
BACHAREL EM CIENCIAS POLITICAS	1
BACHAREL EM DIREITO	29
BACHAREL EM FILOSOFIA	20
BACHAREL EM HISTORIA	1
BACHAREL EM LETRAS	11
BACHAREL EM LINGUAS	5
BACHAREL EM PEDAGOGIA	43
BACHAREL EM RELACOES INTERNACIONAIS	1
BANQUEIRO	17
BIOLOGO	1
BIOQUIMICO	1
CONTADOR	17
DENTISTA	2
DIPLOMATA	64
ECONOMISTA	1.097
ENFERMEIRO	2
ENGENHEIRO DE ALIMENTOS	1
ENGENHEIRO AGRONOMO	148
ENGENHEIRO CIVIL	257
ENGENHEIRO ELETRICISTA	11
ENGENHEIRO ELETRONICO	4
ENGENHEIRO FLORESTAL	4
ENGENHEIRO INDUSTRIAL	5
ENGENHEIRO MECANICO	10
ENGENHEIRO NAVAL	2
ENGENHEIRO DE PESCA	1
ENGENHEIRO QUIMICO	12
ESTADISTICO	13
FARMACEUTICO	1
FISICO	1
GEOGRAFO	27
GEOLOGO	10
JORNALISTA	10
MATEMATICO	14
MEDICO	37
MILITAR (OFICIAL)	19
NUTRICIONISTA	5
OPERARIO INDUSTRIAL	2
PSICOLOGO	1
QUIMICO INDUSTRIAL	14
SACERDOTE	1
SOCIOLOGO	93
TECNICO EM TURISMO	1
VETERINARIO	13

A distribuição regional dos técnicos treinados no Brasil e em Santiago do Chile, mantém o destaque da participação do Nordeste com 43,1%, que juntamente com a região Norte, atingiram a 57,8%, evidenciando atenção no atendimento das regiões prioritárias dentro do processo de desenvolvimento brasileiro.

TECNICOS BRASILEIROS TREINADOS NO BRASIL
E EM SANTIAGO-CHILE, PARTICIPANTES POR REGIAO

1952-1989

REGIAO	% a/	% b/	PARTICIPANTES
			2.388
CENTRO-OESTE c/	41,0	27,0	704
NORDESTE	40,1	29,5	710
NORTE	14,7	10,1	243
SUDESTE d/	18,7	17,5	414
SUL	19,0	13,1	314

Notas:

- a/ Excluidos técnicos do Governo Federal que atuam em âmbito nacional.
- b/ Incluídos técnicos do Governo Federal que atuam em âmbito nacional.
- c/ 630 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Distrito Federal.
- d/ 109 participantes integram instituições do Governo Federal, de âmbito nacional, sediadas no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

VI. PROGRAMA DE PESQUISAS E ESTUDOS

No campo das pesquisas e estudos a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e o Instituto Latinoamericano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) realizaram uma série de trabalhos, de comum acordo com o Governo Brasileiro, tendo, inicialmente, a contrapartida do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, posteriormente, do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), da Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN), da Presidência da República.

Mais recentemente, sem prejuízo do trabalho conjunto com o IPEA, estabeleceu-se um convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Para maior evidência do esforço realizado nesse campo, relaciona-se, a seguir, um elenco de pesquisas e estudos realizados.

A. Grupo Misto BNDES/CEPAL

Em 1957, foi editado, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o trabalho intitulado "Análise e Projeções do Desenvolvimento Econômico, sob a égide do Grupo Misto BNDES/CEPAL, compreendendo duas partes:

- 1) Introdução à Técnica de Programação;
- 2) O Desenvolvimento Econômico do Brasil.

Merece registro a Nota de Apresentação do documento, elaborada pelo BNDES, na oportunidade da sua edição: "O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico tem a satisfação de apresentar ao público brasileiro, reunidos no presente volume, dois trabalhos anteriormente publicados, em espanhol e inglês, pelas Nações Unidas, com excelente acolhida e repercussão nos meios governamentais e técnicos do País e do Exterior. O primeiro, Introdução à Técnica da Programação, elaborado pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), constitui, em seu gênero, trabalho pioneiro no continente americano. O segundo, o Desenvolvimento Econômico do Brasil, refere-se a um estudo realizado pelo BNDE, em cooperação com a CEPAL, com vistas a estudar o processo de desenvolvimento da economia brasileira, no período de 1939-54, e tentar a formulação de um programa de desenvolvimento para o período de 1955-62."

B. Centro CEPAL/BNDES

No período 1960-1967, dentro do Convênio CEPAL/BNDES, foram realizados as seguintes pesquisas e estudos:

- Monografias sobre experiências em planejamento regional:
 - . Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);

- . Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDAM);
- . Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

- Inflação e Desenvolvimento na América Latina: o caso do Brasil.

- Evolução da Infra-estrutura no Brasil.

- Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil.

- Quinze Anos de Política Econômica no Brasil.

- Desigualdades Regionais na Economia Brasileira.

- Planejamento Estadual no Brasil.

- Informes Anuais sobre o Comportamento da Economia Brasileira:

- . A Economia Brasileira em 1965;
- . A Economia Brasileira em 1966;
- . A Economia Brasileira em 1967.

C. CEPAL/ILPES/SEPLAN/IPEA

No período 1968-1989, dentro do Convênio CEPAL/ILPES e Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN-PR)/Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), foram efetuados os seguintes trabalhos:

- O comércio exterior do Brasil e do Grupo Andino;
- Acordos e convenios bilaterais de caráter econômico entre o Brasil e os países do Grupo Andino;
 - A política comercial nos países do Grupo Andino;
 - O tratamento do capital estrangeiro no Brasil e no Grupo Andino;
 - Análises dos mercados recíprocos para os produtos de exportação do Brasil e os países do Grupo Andino;
 - Lista de produtos para a cooperação brasileiro-andina;
 - Alguns elementos da política comercial brasileira;
 - Possibilidades de cooperação e complementação no setor de fertilizantes;
 - Possibilidades de cooperação e complementação no setor de petroquímica;
 - Possibilidades de cooperação e complementação no setor de máquinas e tratores agrícolas;
 - Possibilidades de cooperação e complementação no setor siderúrgico;
 - Possibilidades de cooperação e complementação no setor de maquinaria;
 - Possibilidades de cooperação e complementação no setor de equipamentos para transporte;
 - Possibilidades de cooperação e complementação no setor de papel e celulose;
 - Engenharia e consultoria no Brasil e no Grupo Andino;
 - O sistema generalizado de preferências (SGP) dos Estados Unidos;

O novo protecionismo dos países industrializados: algumas observações;

- O novo protecionismo dos países desenvolvidos e seus efeitos sobre as exportações brasileiras: estudos de caso. Parte I;

- O novo protecionismo dos países desenvolvidos e seus efeitos sobre as exportações brasileiras: estudos de caso. Parte II;

- A política comercial do Brasil;

- Protecionismo das Comunidades Européias contra as exportações brasileiras;

- Relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos;

- Estrutura de mercado, tamanho de firma e exportação de manufaturados;

- A experiência das empresas latino-americanas de engenharia no comércio internacional de serviços: países membros da ALADI;

- O sistema generalizado de preferências dos Estados Unidos e seus efeitos sobre as exportações do Brasil;

- Relações económicas e cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos;

- Direitos compensatórios nos Estados Unidos com relação aos artigos brasileiros;

- Subsídios e direitos compensatórios: informe de progresso;

- O plano de estabilização da economia brasileira;

- Índices ponderados de tipo de cambio real: Brasil 1975-1982;

- Opções de transporte internacional de carga;

- Inquérito sobre o impacto dos programas latino-americanos de investimento no setor siderúrgico - 1981/1990;

- Brasil: Principais projetos de investimento público;

- O setor de serviços do Brasil e a cooperação regional na América Latina: Informe preliminar;

- O sistema empresarial público no Brasil: gênese e tendências atuais;

- Estudo comparativo do desempenho das empresas estrangeiras e nacionais no Brasil;

- As empresas estatais como instrumento de política econômica de curto prazo na experiência brasileira;

- Dívida Externa e a reforma do Sistema Financeiro Internacional;

- O funcionamento do Sistema Financeiro Internacional: propostas para reforma pelo G-10 e o G-24;

- Algumas conseqüências a longo prazo do processo de ajuste no México: 1983-1986;

- Demanda e oferta de serviços urbanos em cidades de porte médio;

- Modelo multissetorial CEPAL/IPEA para o Brasil;

- Transnacionais e comércio externo;

- Determinantes da estrutura de mercado: Brasil, um caso de estudo;

- Multilateralismo e bilateralismo na ALADI;

- Notas sobre as relações comerciais entre Argentina e Brasil;

- Brasil: Oferta e demanda de bens de capital;

- A indústria de integração entre Brasil e Argentina: a indústria de bens de capital;

- A indústria brasileira de bens de capital e o Acordo de Integração com a Argentina: avaliação e proposições de pesquisa;

- A integração econômica e as políticas comerciais do Brasil e da Argentina: uma agenda de pesquisa;

- Agricultura e abastecimento no Brasil e o interface com o Cone Sul: proposta para estudos;

- As agroindústrias e o complexo agroindustrial no Brasil;

- A agroindústria na Argentina diante da integração com o Brasil e Uruguai;

- Potencialidades de oferta agroindustrial uruguaia;

- A participação das empresas transnacionais na integração econômica (bases para um estudo);

- Empresas estatais e integração econômica e o Acordo de Integração com a Argentina: avaliação e proposições de pesquisa;

- Reestruturação industrial: reflexões sobre autonomia tecnológica e relações econômicas internacionais

. Quem tem medo de Stefan Zweig? Ou os caminhos da autonomia tecnológica.

. Transformações estruturais e relações econômicas internacionais: algumas notas.

- O déficit do setor público e a política fiscal no Brasil - 1980/1988;

- Informes anuais sobre o comportamento da economia brasileira:

. A Economia Brasileira em 1968;

. A Economia Brasileira em 1969;

- . A Economia Brasileira em 1970;
- . A Economia Brasileira em 1971;
- . A Economia Brasileira em 1972;
- . A Economia Brasileira em 1973;
- . A Economia Brasileira em 1974;
- . A Economia Brasileira em 1975;
- . A Economia Brasileira em 1976;
- . A Economia Brasileira em 1977;
- . A Economia Brasileira em 1978;
- . A Economia Brasileira em 1979;
- . A Economia Brasileira em 1980;
- . A Economia Brasileira em 1981;
- . A Economia Brasileira em 1982;
- . A Economia Brasileira em 1983;
- . A Economia Brasileira em 1984;
- . A Economia Brasileira em 1985;
- . A Economia Brasileira em 1986;
- . A Economia Brasileira em 1987;
- . A Economia Brasileira em 1988;
- . A Economia Brasileira em 1989.

- Evolução da Economia Brasileira - Informe Estatístico (publicação mensal).

D. CEPAL/ILPES/MPAS

No período 1987-1989, através do Convênio CEPAL/ILPES e Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), foram realizados os seguintes estudos:

Reflexões sobre a natureza do bem estar

- . A crise da política social: uma perspectiva comparada;
- . A geração da ordem;
- . Ajuste nos países em desenvolvimento: Quem paga essa conta?
- . A especificidade do "Welfare State" brasileiro.

- Financiamento das políticas sociais no Brasil

- . Limites estruturais ao financiamento da Previdência Social;
- . O financiamento das políticas sociais no Brasil: características estruturais e desempenho no período recente.

- A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização

- . Análise da política de saneamento no Brasil;
- . Diagnóstico e resenha das pesquisas na área de política social: um "survey" das avaliações;
- . Interpretação e avaliação da política social no

Brasil: uma bibliografia comentada;

- . Política social e descentralização.

- Indicadores sociais selecionados

- . Transição demográfica e distribuição espacial da população: Inserção no mercado de trabalho, salários, distribuição da renda e pobreza;
- . Dimensão, Estrutura e Evolução do Gasto Social Consolidado do Governo: 1976-1984;

- . Indicadores de Habitação e Saneamento Básico;
- . Indicadores de Saúde;
- . Indicadores da Previdência Social - Benefícios;
- . Indicadores Educacionais.

VII. SEMINARIOS, COLOQUIOS E REUNIOES TECNICAS

Em 1965, quando estava à frente do Centro CEPAL/BNDES o Dr. Anibal Pinto, foi realizado o Seminário sobre Planejamento Estadual no Brasil, no período de 19 a 31 de julho, em Petrópolis, Rio de Janeiro, precursor das preocupações e do estudo das particularidades do planejamento a nível dos Estados Federados.

Participaram do Seminário técnicos da CEPAL, ILPES, BNDES, profissionais de várias instituições do Governo Federal e delegações da Área de planejamento e financiamento de todos os Estados Federados.

O temário do Seminário ficou constituído da seguinte forma:

1. Características do Sistema de Planejamento Estadual, em que se procurou examinar aspectos de organização para o planejamento, tipos de entidades, articulação e entrosamento com as diferentes órbitas do poder - federal, regional, estadual, municipal - e analisar o processo de planejamento, em suas diversas fases: elaboração, execução, controle e revisão dos planos estaduais, bem como características de periodicidade, amplitude e grau de integração.

2. Problemas de financiamento público no planejamento estadual, discutindo-se origem, vinculação e práticas de

Interação com o setor de financeiros, além do relacionamento entre as entidades estaduais de financiamento e o plano.

3. Mecanismos de orientação do setor privado, principalmente as práticas de fomento agropecuário e de incentivos ao desenvolvimento industrial.

O Seminário funcionou com base em Comissões Técnicas que se limitaram, em regra, à discussão dos documentos solicitados a consultores especiais e de certas contribuições excepcionais das delegações presentes. As Comissões Técnicas reportaram-se a problemas de: metodologia, estímulos promocionais, tipologia e financiamento e orçamento-programa.

A Comissão de Metodologia apreciou aspectos teóricos da economia espacial, discutindo, ainda, os instrumentos relacionados com a interpretação e diagnóstico das economias regionais e estaduais.

A Comissão de Estímulos Promocionais dedicou-se ao exame da experiência de vários Estados, no que tange às políticas de promoção e fomento aos projetos e atividades de desenvolvimento. Foram discutidos e analisados os meios de que se têm valido os Estados e o Governo Federal para atrair investimentos do setor privado, sendo ponderados os incentivos fiscais e também os não-fiscais, tais como criação de distritos industriais, política de pré-investimentos, cadastro de oportunidades industriais e outros estímulos específicos.

A Comissão de Tipologia reportou-se às peculiaridades das organizações dos sistemas de planejamento estadual.

A Comissão de Financiamento e Orçamento-Programa focalizou os problemas de mobilização de recursos financeiros destinados aos programas de desenvolvimento dos Estados.

Além das Comissões Técnicas, foram organizadas Mesas Redondas que atenderam a: problemas de grandes regiões e de questões atinentes às agências financeiras e instituições de planejamento.

Nas Mesas Redondas sobre grandes regiões foi discutida a variada experiência das instituições federais dedicadas aos programas de desenvolvimento regional.

Nas de Agências Financeiras foram apreciados programas relacionados com a formação de um sistema nacional de instituições regionais e estaduais de desenvolvimento e fomento, ao lado de questões relacionadas com repasse e aplicação de Fundos Especiais geridos pelo BNDES, e o envolvimento das instituições de planejamento.

Como resultado do Seminário, o Centro CEPAL/BNDES elaborou um documento intitulado "O Planejamento Estadual no Brasil", contendo a primeira tentativa de avaliação das experiências de planejamento estadual, com base na sistematização e interpretação dos documentos apresentados no Seminário.

o Seminário visava como uma solução de curto prazo, dentro de um modelo já consagrado.

Por outro lado, o Seminário buscou discutir a questão energética dentro de uma visão de alteração da própria estrutura energética e, em uma nova estrutura, analisar problemas de tecnologia e usos de fontes alternativas.

Participaram do Seminário técnicos da CEPAL, ILPES, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Universidade Central da Venezuela, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP) e do Sistema de Planejamento Nacional.

Em 1981, 1982 e 1983, a CEPAL, o ILPES e o IPEA realizaram Seminários Latino-Americanos sobre Planejamento Regional e Estadual, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 1981, de 30 de novembro a 03 dezembro, e 1983, de 12 a 15 de dezembro, foram realizados em Brasília, e em 1982, de 29 de novembro a 03 de dezembro, foi efetivado em Recife, contando com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Os Seminários tiveram como propósito contribuir para uma melhor definição das modalidades e conteúdo dos programas de formação de planejadores regionais e estaduais para o sistema de planejamento, com base na troca de experiências vividas na América Latina e, principalmente, no Brasil.

Em 1991, no âmbito do programa conjunto UNCTAD/ILPES/ILPEA, com apoio do UNDP, realizaram-se dois seminários: um sobre modelos de planejamento e outro sobre energia e desenvolvimento.

O de Modelos de Planejamento, realizado em Brasília, de 04 a 08 de agosto, tratou de estudar os modelos matemáticos de planejamento em economias de mercado, debater as metodologias utilizadas na formulação dos modelos, ilustrando com exemplos concretos de aplicações. O objetivo principal foi propiciar um balanço das vantagens e limitações a partir da discussão dos métodos econométricos, de experiência numérica, de simulação e outros.

No Seminário estiveram presentes técnicos da CEPAL, ILPES, Organização dos Estados Americanos (OEA), e profissionais do Sistema de Planejamento Nacional, com destaque para os da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN-PR).

O Seminário sobre Energia e Desenvolvimento, realizado em Brasília, de 06 a 09 de outubro, procurou exercer uma função catalizadora, buscando detectar possibilidades de capacitação na área de energia, através da troca de experiências em planejamento energético, funcionando como um seminário do tipo didático.

Analisaram-se os problemas energéticos com perspectiva de um modelo global de desenvolvimento e não apenas em função de fontes

O I Seminário, além de haver tratado do Planejamento Regional e Estadual na Dinâmica Especial dos Sistemas de Planejamento Nacionais, discutiu várias experiências concretas a nível dos países latino-americanos e, em especial, do Brasil.

Foram apreciadas e analisadas as experiências de planejamento estadual em Minas Gerais, São Paulo, Pará e Ceará, no Brasil, e as experiências do México e da Colômbia.

Por outro lado, foi discutida a capacitação de recursos humanos para planejamento regional e estadual no Brasil e no México.

No caso específico do II Seminário, realizado em Recife, foi dada ênfase ao desenvolvimento rural, no contexto do planejamento regional e estadual.

Foram evidenciadas e discutidas as experiências da SUDECO, SUDENE, BNB, INCRA, Estado de Mato Grosso (Projeto Juina) e os Projetos de Desenvolvimento Integrado das Bacias do Alto Paraguai (EDIBAP) e do Araguaia-Tocantins (PRODIAT), realizados sob a égide do Ministério do Interior, responsável pelo desenvolvimento regional, com a participação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O III Seminário deu destaque para os problemas da centralização e descentralização e o desenvolvimento regional, enriquecendo as discussões com estudo de casos.

Foram estudados e analisados casos relativos às experiências da Espanha, Portugal, México, Colômbia e Venezuela. A experiência Brasileira foi discutida mediante um painel no final do seminário denominado "Desconcentração e Descentralização e o Desenvolvimento Regional no Brasil".

Em 1983, foi também realizado o Seminário sobre Planejamento e Controle do Setor de Empresas Estatais, de 08 a 10 de junho, em Brasília, DF, estruturado em cinco temas: funções atuais das Empresas Estatais; conflitos entre essas empresas, e administração da Política Econômica e as empresas privadas; compatibilização dos orçamentos das estatais com as nacionais; fixação de preços e tarifas; e controle e avaliação de seu desempenho.

No transcurso do Seminário foram apresentados e discutidos o seguintes estudos:

- Empresas públicas na América Latina: Novas funções?
- Aspectos do controle das empresas públicas no exercício da política econômica.
- Fixação de preços e tarifas em empresas públicas.
- Estruturas tarifárias de referência para energia elétrica.
- Avaliação das empresas públicas nos países em desenvolvimento: a perspectiva social.
- Subsídios para uma metodologia de avaliação e desempenho aplicável nos casos de empresas públicas: uma análise voltada especialmente para o Paquistão.

Foram discutidos os temas tratados no Seminário, com apresentação de casos nacionais, a saber:

- As empresas públicas na Argentina.
- O crescimento (descontrolado) da intervenção governamental na economia brasileira.
- México: Experiências e sugestões para o planejamento e controle das empresas do setor público.
- Peru: Política de desenvolvimento e empresas públicas.

No Seminário estiveram presentes profissionais da CEPAL, ILPES, Banco Mundial, Argentina, Itália, México, Peru, França, Universidade do Texas, Universidade de Boston, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Viçosa, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério das Comunicações, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Indústria e Comércio, Fundação Getúlio Vargas e de outras instituições.

Em 1984, foram realizados dois seminários, um sobre Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste e outro sobre Ajuste e Desenvolvimento na América Latina.

O Seminário sobre Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste foi efetivado, de 12 a 14 de março, em Brasília, e

trabalho sobre a evolução do processo de industrialização do Nordeste, discutindo e analisando temas como:

- Complexos industriais do Nordeste e Complexo Petroquímico de Camaçari.

- Complexos industriais do Nordeste: III Polo Industrial do Nordeste.

- Instrumentos de promoção industrial e desenvolvimento regional: discussão de algumas linhas de política para o Nordeste.

- A competitividade da indústria no Nordeste.

- Complexos industriais: industrialização e desenvolvimento do Nordeste.

- Complexos industriais e desenvolvimento: potencialidade e limitações.

- Critérios de seleção e avaliação de projetos industriais no Nordeste: Análise e recomendações.

- A política de industrialização do Nordeste em fase de crise da economia brasileira.

- A indústria nordestina desde a sua origem até o ano 1960.

- O emprego e a indústria no Nordeste.

Estiveram presentes ao Seminário vários técnicos da CEPAL, do ILPES, do PNUD e do Sistema Nacional de Planejamento.

O Seminário sobre Ajuste e Desenvolvimento na América Latina: Além da Crise da Dívida, realizado em 13 e 14 de dezembro, no Rio de Janeiro, contou com o co-patrocinio da

considerações técnicas do Comércio Exterior, e controlou suas prioridades em dois temas básicos: Desenvolvimento, Dívida Externa e Crise Econômica e Desenvolvimento, Dívida Externa e Política Econômica.

Estiveram presentes ao Seminário técnicos internacionais da CEPAL, ILPES e outros organismos, funcionários governamentais e vários empresários.

Em 1986, foi realizada uma Reunião Técnica sobre Planejamento no Brasil e América Latina e um Seminário sobre Crise Externa e Política Econômica: os casos da Argentina, Brasil e México.

A Reunião Técnica sobre Planejamento no Brasil e América Latina, realizada, de 12 a 16 de maio, em Brasília, teve como objetivo central discutir a experiência brasileira e latino-americana de planejamento, com ênfase nos aspectos institucionais, macroeconômicos e de política industrial, a fim de reunir subsídios para o fortalecimento do Sistema de Planejamento Nacional.

Estiveram presentes à Reunião técnicos da CEPAL, ILPES e vários profissionais do Sistema de Planejamento Nacional.

O Seminário sobre Crise Externa e Política Econômica: os casos da Argentina, Brasil e México, realizado em 10 e 11 de outubro, em Campinas, São Paulo, com o co-patrocínio da

estudar os aspectos dos rumos na região do Trópico Úmido, sustentando-se na discussão dos seguintes temas:

- Etnicidade e produção no Trópico Úmido: o desenvolvimento sustentado.

- Pesquisa e desenvolvimento tecnológico diferenciado para o aproveitamento econômico de distintos ambientes do Trópico Quente Úmido Colombiano.

- Colonização da Amazônia Colombiana.

- Tecnologia para a intensificação do uso das áreas colonizadas da Selva Alta do Peru.

- O papel das cidades na ocupação da Amazônia.

- Tecnologia para a intensificação do uso das áreas colonizadas e periurbanas na Selva Alta do Peru.

- Espaço e tecnologia no Trópico Úmido.

- A questão da saúde na Amazônia.

- Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e método.

- O impacto dos grandes projetos: o caso de Carajás.

- Migração e absorção populacional no Trópico Úmido.

- Natureza, Tecnologia e Sociedade: a experiência brasileira de povoamento do Trópico Úmido.

- A questão do Estado no Trópico Úmido.

Estiveram presentes técnicos da CEPAL, ILPES, outros organismos internacionais, dos países da Bacia Amazônica e profissionais do Sistema de Planejamento Nacional.

Univeridade Federal do Rio de Janeiro - Campanha UNICAMP, apresentando a discussão de seguintes temas:

- As dificuldades para o gerenciamento monetário em um contexto de fragilidade financeira.

- Dívida externa e a reforma do Sistema Monetário Internacional.

- Funcionamento do Sistema Monetário Internacional: propostas para reforma.

- O programa de estabilização e a economia brasileira: balanço de perspectivas.

- Ajuste econômico e mudança estrutural no México.

- O Plano Austral.

- Algumas conseqüências de longo prazo do processo de ajuste no México.

Estiveram presentes ao Seminário técnicos da CEPAL, ILPES, professores universitários e profissionais do Sistema de Planejamento Nacional.

Em 1987, foi realizado um Seminário sobre Tecnologias Apropriadas para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido e um Colóquio Franco-Latino-Americano sobre Finanças Públicas e Desenvolvimento.

O Seminário sobre Tecnologias Apropriadas para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido foi realizado, de 27 a 30 de abril, em Manaus, Amazonas, e teve como objetivo principal

O Colóquio Franco-Latino-Americano sobre Finanças Públicas e Desenvolvimento foi realizado, de 14 a 16 de novembro, no Ifo de Genebra.

No Colóquio foram tratados os seguintes temas:

- Finanças Públicas e Desenvolvimento: para um novo planejamento.
- Coerência macroeconômica das decisões das públicas.
- Panorama das finanças públicas e o setor público na França.
- Reforma do Sistema Tributário Brasileiro.
- O setor público e as finanças públicas na América Latina.
- Financiamento e políticas públicas.
- As empresas públicas francesas frente à crise: das nacionalizações às privatizações.
- Critérios e políticas de preços e tarifas públicas.
- Financiamento e déficit público.

Presentes ao Colóquio especialistas e funcionários governamentais da França, Brasil e outros países.

VIII. ATIVIDADES DE ASSESSORIA

Neste capítulo, procura-se destacar os principais eventos no campo da assessoria técnica prestada pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) a entidades governamentais e não-governamentais no Brasil, no período 1969-1989.

A. Entidades Governamentais

1. A nível municipal

No período 1976-1980, foi prestada cooperação à Prefeitura do Recife, com a participação da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), em matéria de planejamento urbano, compreendendo a estruturação progressiva de um sistema de governo e a concepção e implementação do plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana do Recife.

Merecem registro os seguintes pontos da assessoria técnica prestada pelo ILPES:

a) Definição operacional da estratégia do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife;

b) Elaboração de propostas de medidas para a promoção do desenvolvimento industrial e para o aumento da oferta de emprego;

c) Identificação da estrutura organizacional adequada para a execução dos serviços de interesse metropolitano;

d) Concepção e operação de métodos e instrumentos de controle, estímulo e de orientação do desenvolvimento da Região.

2. A nível estadual

Bahia

Com a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), do Governo Estadual da Bahia, foram realizados, no período 1972-1989, serviços de assessoria técnica, compreendendo:

a) Elaborar o diagnóstico da economia estadual, com base na análise e avaliação do processo de desenvolvimento e exame dos aspectos especiais e setoriais;

b) Estabelecer uma estratégia de desenvolvimento e preparar planos de médio e longo prazos, mediante definição de bases estratégicas de médio e longo prazos e elaboração de propostas de medidas para materialização das diretrizes prioritárias na programação de médio e longo prazos;

c) Conceber uma organização para o sistema de planejamento, através da avaliação do sistema estadual de planejamento existente em seus aspectos técnicos e administrativos, bem como elaborar propostas de medidas de modernização e adequação,

visando ao melhor aproveitamento e melhor funcionamento do desempenho:

d) Preparar o orçamento por programa, com o objetivo de estabelecer uma vinculação entre as fases programáticas de curto e médio prazos com a programação orçamentária e apresentar sugestões para o aperfeiçoamento do sistema orçamentário;

e) Montar um sistema de informações para o planejamento, com base em um diagnóstico da situação atual do sistema, propor e colocar em funcionamento um sistema estadual de estatísticas e a articulação dos organismos que o integram. Dentro deste segmento, merece registro:

i) definição e estruturação de bases de informações municipais para 70 prefeituras;

ii) conclusão e funcionamento do projeto de estatísticas industriais;

iii) aperfeiçoamento do sistema de indicadores econômicos.

f) Elaborar um modelo explicativo do processo de crescimento das distintas regiões do Estado;

g) Aprimorar o modelo de análise conjuntural referente à dinâmica do processo de crescimento regional no curto prazo;

... e a elaboração de propostas para colocar em funcionamento um sistema estadual de estatísticas, que atenda às necessidades do processo de planejamento e que ofereça os dados quantitativos para planos, programas e projetos governamentais.

Minas Gerais

No período 1969-1982, foi prestada assessoria técnica à Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado de Minas Gerais, que se iniciou com o aperfeiçoamento das fases metodológicas para o controle e avaliação do I Plano Mineiro de Desenvolvimento Económico e Social (1970-1975) e deu seguimento com a formulação das diretrizes para uma estratégia de desenvolvimento, na elaboração do II Plano de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (1976-1980) e no treinamento em serviço das equipes de planejamento.

Merece evidenciar os seguintes pontos da assessoria técnica prestada ao Estado:

a) Montagem do sistema de informações para o planejamento, compreendendo a análise do Sistema Estadual de Estatísticas; a elaboração de estatísticas básicas para o planejamento; a construção de um sistema de contas estaduais e sua vinculação com as contas nacionais; constituição de sistemas para análise de conjuntura e a publicação periódica de informações sobre conjuntura económica.

b) Implantação geral de orçamento por programa (que controla o programa acurado do Setor Público Estadual); elaboração de um sistema de contas do Setor Público Estadual; introdução no Estado do sistema de programação orçamentária e extensão a determinados municípios; proposta de organização para o processo de orçamento por programa; e estabelecimento de um programa de treinamento em serviço.

c) Preparação de planos anuais operativos que contemplavam o exame do sistema estadual de planejamento anual; elaboração do orçamento econômico estadual e sua vinculação com a economia nacional, orçamento de financiamento vinculado ao orçamento monetário e financeiro nacional, orçamento de relações econômicas externas do Estado com outros Estados e com a economia internacional; orçamento do setor público estadual, programação de recursos materiais e de recursos humanos e equacionamento da execução de projetos prioritários de investimento.

d) Implementação do planejamento estadual integrado, que envolve: estratégia de desenvolvimento, plano de médio prazo, plano operativo anual, orçamento por programa e programação de investimentos. Para tanto, tornou-se necessário efetuar um diagnóstico detalhado da economia mineira, incluindo o aspecto espacial e de recursos naturais, para depois formular uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Estado - elemento fundamental para o I Plano de Desenvolvimento de Minas Gerais e seu desdobramento em planos de médio prazo -, bem como elaborar proposta de mecanismos de execução e controle do plano.

e) Organização de cursos, estudos de longo prazo sustentada no exame dos mecanismos e da estrutura institucional de planejamento, na elaboração de proposta de fortalecimento das instituições dedicadas ao planejamento e na criação de unidades setoriais de planejamento.

f) Merece destaque especial o programa de treinamento em serviço com evidência para: planejamento de médio prazo, planos operativos anuais, orçamento por programa e sistemas de informações para o planejamento.

g) Apoio à implementação do projeto de desenvolvimento para a Zona da Mata, financiado pelo Banco Mundial.

Pernambuco

Com o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), no período 1976-1980, elaborou-se uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento do Estado, que se fundamentou na preparação de um diagnóstico da economia pernambucana.

Piauí

No período 1975-1984, foi prestada assessoria à Secretaria de Planejamento do Estado para a elaboração de um diagnóstico da economia piauiense, com o objetivo principal de estabelecer uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento do Estado, implantação de sistemas de informações para o planejamento e uma

oportunidade de revisão, objetivando principalmente a formulação de políticas de industrialização para o Região e uma definição de ação no plano federal com relação aos complexos industriais.

4. A nível nacional

No marco do Projeto FNUD/ILPEE RLA/86/029, o ILPEE desenvolveu, juntamente com o IPEA e a Universidade de Brasília (UnB), um modelo macroeconômico para o Brasil.

O estudo teve início em 1987 e em princípios de 1988 foi entregue ao IPEA um documento que descreve o modelo e um programa computacional.

A primeira versão do modelo serviu de apoio para efetuar vários estudos do IPEA, em particular os referentes ao impacto macroeconômico da alta do salário-mínimo e à análise das interações entre o ajuste fiscal e a inflação.

O modelo foi apresentado no primeiro seminário sobre "Modelagem Macroeconômica no Brasil", levado a efeito no Rio de Janeiro, em outubro de 1988.

Por solicitação do IPEA, em fevereiro de 1989, iniciou-se um novo estudo, com o objetivo de desenvolver os aspectos monetários e financeiros do modelo. A nova versão do modelo foi apresentada

... trabalho realizado sobre "Modelagem Nacional Regional", realizado em Brasília, em novembro de 1989.

Foi entregue novo documento explicativo e programa computacional.

Merece registro que o atual modelo está sendo utilizado para efetuar exercícios de prospectiva de médio prazo em apoio às tarefas de programação macroeconômica realizadas pelo IPEA. Contempla-se uma nova etapa que buscará adequar melhor o modelo à problemática de curto prazo da economia brasileira.

Cabe, por último, mencionar a assinatura de convênio, em 1988, entre o Ministério do Interior e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), representados no ato pelo Sr. Ministro de Estado João Alves Filho e pelo Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil, Sr. Luiz Cláudio E. Marinho, visando a cooperação técnica no âmbito do desenvolvimento regional. Em agosto de 1990, tal convênio foi renovado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República - órgão recém-criado que assumiu as atribuições do extinto Ministério do Interior.

5. Entidades não-governamentais

Destaca-se a colaboração prestada à Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP) no estudo das modernas técnicas de programação orçamentária e à Fundação Getúlio Vargas (São Paulo)

